

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ANELISE GREGIS ESTIVALET

**Os sem-lugar: uma análise de trajetórias de jovens que vivem nas ruas de
Porto Alegre**

Niterói

2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Os sem-lugar:

Uma análise de trajetórias de jovens que vivem nas ruas de Porto Alegre

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense, Campo de Confluência Diversidade, Desigualdade Social e Educação, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre em Educação.

Aprovada em: ____/____/____

Banca Examinadora

Prof. Dr. Paulo César Rodrigues Carrano

Universidade Federal Fluminense – Orientador

Assinatura: _____

Prof. Dr. Luis Cavalieri Basílio

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Assinatura: _____

Profa. Dra. Lea Pinheiro Paixão

Universidade Federal Fluminense

Assinatura: _____

Niterói

2008

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação a pessoa que me fez
conhecer a felicidade: minha filha Luísa.

AGRADECIMENTOS

À Carmina, minha mãe, que me ajudou em todos os momentos desde o início das atividades para a realização deste trabalho.

Ao meu irmão Marcelo que minimizou minhas angústias em todas as horas.

Aos funcionários Secretaria Municipal de Educação e da Fundação de Assistência Social e Cidadania pelo apoio e interesse na execução desta pesquisa, especialmente: Juracema, Lourdes, Cleber, Luis Fernando, Débora, Luciana, Claudia Borges e Claudia Montardo.

Aos colegas da Universidade Fluminense, aos funcionários da Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Educação e aos meus professores pela disponibilidade e colaboração.

Ao meu orientador Paulo Carrano e aos colegas do Observatório Jovem pelas dicas, sugestões e opiniões que guiaram meu caminho durante esta jornada.

A todos da Escola Porto Alegre, que desde o início foram atenciosos e disponíveis para a realização do trabalho de campo.

Aos meninos que participaram da pesquisa e todos os outros que me ensinaram muito em pequenos gestos.

Ao professor Luis Bazilio e à professora Lea Paixão pelas orientações como membros de minha banca de qualificação de projeto.

A Elis pelas correções e dedicação para tornar a escrita deste trabalho mais fluída.

RESUMO

ESTIVALET, Anelise Gregis Estivalet. Os sem-lugar: uma análise de trajetórias de jovens que vivem nas ruas de Porto Alegre. Orientador: Paulo César Rodrigues Carrano. Niterói-RJ/UFRJ, 29/05/2008. Dissertação (Mestrado em Educação), 98 páginas. **Campo de Confluência**: Diversidade, Desigualdades Sociais e Educação; **Linha de Pesquisa**: Práticas Sociais e Educativas e Jovens e Adultos. A questão central desta dissertação de mestrado refere-se ao cotidiano de jovens que vivem nas ruas da cidade de Porto Alegre. Utilizo o termo “sem-lugar” para evidenciar o que seus relatos demonstram, ou seja, que parecem nascer “sem-lugar” no mundo, crianças que, ao nascerem, não tiveram lugar nem em suas famílias nem em suas comunidades de origem e, hoje, jovens adultos, tentam encontrar esse lugar. Interessou-me entender como ocorreu a sua saída para a rua, a relação anterior e posterior com sua família, bem como os motivos que os levam a permanecer ou não nessas condições de vida. O trabalho de pesquisa de campo consistiu em observações sobre o cotidiano dos jovens nas ruas e na realização de entrevistas. Foram feitas análises de documentos e reconstrução de trajetórias de vida por meio de entrevistas. Estas foram realizadas com questionários semi-estruturados, compostos por frases curtas e incompletas. Solicitei aos jovens que as completassem com a primeira idéia que lhes viesse à mente. A pesquisa foi realizada com quatro jovens entre 17 e 20 anos que vivem ou viveram em situação de abandono nas grandes cidades. Foram utilizados, ainda, instrumentos como o diário de campo e a fotografia. Parto da hipótese de que esses jovens, mesmo trilhando caminhos acidentados e difíceis em suas trajetórias de vida, são capazes de construir novas formas de se relacionar com o mundo, que não através do abandono e da violência, fato constatado ser possível. Detectei que esses jovens que vivem nas ruas confrontam-se com dois limites: o tempo (moratória vital) e o espaço (circuitos urbanos).

PALAVRAS-CHAVE: MAIORIDADE, MENINOS E MENINAS QUE VIVEM NAS RUAS, JOVENS EM PROCESSO DE EXCLUSÃO SOCIAL.

ABSTRACT

The main issue approached in this dissertation concerns the daily lives of young people that live on the streets in Porto Alegre. I have used the expression “placeless” to point out what their reports have shown, i.e. it seems that they were born “without a place to stay” in this world; when they were born, they did not have a place either in their families or in their original communities. Today, as adults, they try to find their place. I have become interested in understanding how they went to the streets, the previous and current relationships they have had with their families, as well as the reasons that have led them to either stay or not in these life conditions. The field research has consisted of observations of those young people’s routines on the streets and interviews. Analyses of documents and reconstruction of life trajectories have been carried out by means of interviews. These consisted of semi-structured questionnaires presenting short, incomplete sentences. I asked the participants to complete them with the first idea that came to their mind. The research was carried out with four subjects aged 17-20 years old that either live or lived in abandonment situation in big cities. I have also used other instruments, such as photographs and field notes. My hypothesis was that those young subjects, even though walking uneven, hard paths in their lives, have been able to build new forms of relating to the world, other than abandonment and violence, a fact that has been proven to be possible. I have detected that those young people have to face two limitations: time (vital moratorium) and space (urban circuits).

KEY WORDS: ADULTHOOD, BOYS AND GIRLS THAT LIVE ON THE STREETS, YOUNG PEOPLE IN PROCESS OF SOCIAL EXCLUSION.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. TRILHANDO CAMINHOS.....	15
2. A PROTEÇÃO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE COMO UM DIREITO EFETIVO.....	21
3. OS MENINOS DE RUA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS BRASILEIRAS	32
3.1. A infância, a juventude e a situação de rua	40
4. A POLÍTICA DESTINADA À SITUAÇÃO DE RUA DE CRIANÇAS E JOVENS EM PORTO ALEGRE	49
5. TRAJETÓRIAS DE VIDA E CIRCUITOS URBANOS.....	58
5.1. G.	58
5.2. D.	61
5.3. L.	64
5.4. R.	66
5.5. Como era sua família?	68
5.6. Família	72
5.7. Identidade	75
5.8. Autonomia e Cidadania	78
5.9. Planos e projetos para o futuro	80
5.10. O tempo e os espaços.....	83
5.10.1. O que é completar 18 anos?	83
5.10.2. Os espaços	85
5.10.2.1. Os territórios	85
5.10.2.2. Ipiranga, pontes, Praia de Belas, Amib	85
5.10.2.3. Praça da Alfândega	87
5.10.2.4. Rodoviária	88
5.10.2.5. Parque Farroupilha, Harmonia, Deprec e Marinha do Brasil	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
REFERÊNCIAS.....	94

Minha história

*Comecei a fumar drogas
Era muita briga e muita humilhação
O desprezo vinha em tudo que era situação
Só porque eu catava papelão
As pessoas não conversavam comigo
Não chegavam perto de mim, não
tinha nojo, tristeza era a minha reação*

*Catar era legal, conhecia ruas novas
Uma vez saímos às 6 da manhã
E voltamos às 10 da noite
Foi um dia tri-legal
Descansando nas sombras de árvores
Pra tomar água, pra pedir e pra comer
Eu gostava de pedir e ganhar
Minha mãe e meu padrasto
chegavam a brigar pra
ver quem saía comigo
sair comigo era comida garantida
Ontem mesmo ganhei
Lasanha, bala, rapadura, carne, pão, clube social e só
Ontem nós comemos tri-bem eu, o Ramon e o Petruco*

*Vou te ensinar a pedir
um olhar meio de triste
“E aí, tia, tem alguma coisa pra dar
Pra mim comer?”
Sempre chamo de tia,
Sempre chamo de tia não importa a idade
Eu peço pra homem também
Até dinheiro
e sempre digo obrigado,
Mesmo que não ganhe
Pra pedir tu olha de baixo,
Humilde, cabeça baixa, olhar carente
Peço para não ficar com fome
Pra eu trabalhar eu preciso
Comprar um carrinho,
Que não sei quanto custa
E a gente pode viver catando papel,
Dá dinheiro e a gente vai parando,
E ganhando telha, tênis, um monte de roupa,*

*Todo tipo de coisa
Agora faz cinco dias que não fumo mais drogas
O craque me fez andar sujo, fedendo,
Dias sem comer, sem dormir,
Roubando para poder fumar*

*Eu tinha bastante amigos e uma namorada
E estudava e me dava bem com minha família
Então, foram festas, maconha, cigarro e a hora da escolha
Eu não queria ficar mal e meus amigos me aconselharam que não fumasse
mas eu queria experimentar pra ver como é que era
E provei e achei bom
O que era bom me fez mal
O que parecia um bem, na verdade foi fatal, era um mal*

*Mas como tudo tem saída
E a minha vontade é minha amiga
Tô aí firme e forte pra recuperar minha família,
Meus amigos, minha vida
Comprar um carrinho pra eu trabalhar
Ah, eu quero mostrar que é digno catar papelão
Me faz bem, dá o dinheiro que eu preciso pra viver
Como todo trabalho de qualquer pessoa*

*To aí firme e forte
Eu não vou contar com a sorte
Eu preciso viver
Pode não ser fácil
Mas eu vou vencer*

(R.P.)

INTRODUÇÃO

“Um povo que oprime o próprio povo
acaba se privando de sua própria liberdade.”
Karl Marx

Pesquisar acerca de meninos/as que vivem nas ruas do Brasil não é uma tarefa fácil. Ao contrário, é uma proposta que trilha caminhos tortuosos e difíceis. Primeiro, porque pesquisamos sobre crianças e jovens que experimentam o abandono e a sobrevivência nas ruas. Segundo, porque uma criança ou um jovem é levado pelos contextos social e familiar a ter esse tipo de vida. Ir para a rua torna-se a última alternativa constituindo, antes de tudo, um ato de coragem. A rua constitui-se em um espaço possível, uma estratégia de sobrevivência. Carmem Craidy em seu livro *Meninos de rua e analfabetismo*, traz resultados de uma experiência de alfabetização realizada em Porto Alegre no ano de 1991. Nesse trabalho, discute a significação da língua escrita, buscando uma mediação entre o que são e como vivem os meninos de rua e a construção do significado da língua escrita em suas vidas, situando os processos de exclusão social decorrentes do analfabetismo. Segundo Craidy (1998, p. 22):

A rua não se constitui para o menino como espaço alternativo, mas sim como espaço possível. Não é lugar de liberdade (ainda que seja por muitos vista como tal), mas um lugar de confinamento.

A experiência de 4 anos como educadora de crianças e jovens que vivem nas ruas, atendidos pela Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) de Porto Alegre, levou-me a escolher como tema para esta pesquisa a trajetória¹ de jovens de 17 a 20 anos,

¹A noção de trajetória representa uma série de posições sucessivas ocupadas por um agente (ou por um mesmo grupo) num espaço, ele mesmo em devenir e submetido a incessantes transformações, conforme Bourdieu (1996).

investigando o modo como ocorreu sua saída, os momentos mais significativos (na perspectiva dos sujeitos) e a situação desses jovens no momento da investigação. Acredito que esta seja uma forma de atentar para os problemas vivenciados pelos jovens, como a morte precoce e o uso abusivo de drogas, como o *crack*, que vem assolando a vida dos meninos de rua em Porto Alegre. Também creio que, ao mostrar os relatos desses quatro jovens que estão entrando na maioridade e suas disposições em adotar uma trajetória de vida diferente, sendo possível vermos de outra forma a vida dos meninos de rua e não apenas condená-los ao fatalismo da morte. Os relatos de nossos jovens demonstram uma boa vontade em mudar, em acreditar que o futuro pode ser diferente.

Durante o período em que cursei Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, tive a oportunidade de trabalhar com crianças e jovens em condições de vulnerabilidade social durante as atividades de extensão universitária, realizadas através do Projeto Convivência. Fazia um trabalho no Centro Infantil-Juvenil Zona Sul/CIJZS, localizado na região da vila Grande Cruzeiro, em Porto Alegre, local este que as crianças e os jovens freqüentavam no turno inverso ao período em que se encontravam na escola.

O interesse acadêmico pelo tema dos “meninos/as de rua” iniciou-se em 2003, quando concluí minha graduação e defendi minha monografia O trabalho como princípio educativo nas oficinas de aprendizagem do Centro Infantil-Juvenil Zona Sul de Porto Alegre/1999 – 2002, que teve como tema principal a análise de oficinas de aprendizagem realizadas com crianças e jovens no CIJZS, mais especificamente o retorno que tais crianças e jovens recebiam para o seu desenvolvimento como cidadãos.

O interesse reforçou-se a partir de 2004, momento em que passei a trabalhar junto ao Serviço de Educação Social de Rua (SESRUA) da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA) como educadora social responsável pela abordagem de crianças e jovens que vivem

nas ruas. O SESRUA tem por objetivo “realizar abordagens iniciais para verificação de situações de risco e, por meio de vínculo estabelecido, investir na construção do desejo de sair da rua, tendo como retaguarda uma rede especializada e descentralizada de serviços” (Relatório de Indicadores Sociais de Porto Alegre, 2001, p. 185).

Esta pesquisa justifica-se inicialmente pela freqüente visão que as pessoas e as instituições têm desses indivíduos, gerando, muitas vezes, uma idéia estigmatizada, que não contribui para o sucesso das políticas públicas destinadas a essas crianças e jovens; em segundo, pela percepção de que as iniciativas institucionais devem considerar os meninos/as que vivem nas ruas como sujeitos de deveres e direitos e garantir a eles a atenção necessária para o seu pleno desenvolvimento físico, mental e para o exercício da cidadania².

Defini como objetivo geral pesquisar sobre o jovem que vive na rua e sua relação com o cotidiano em que está inserido. Melucci (2005) nos diz que uma das dimensões cruciais da sociedade contemporânea é a importância da vida cotidiana como espaço no qual os sujeitos constroem o sentido do seu agir e no qual experimentam as oportunidades e os limites para a ação. Segundo ele, o atentar para a vida cotidiana estende o foco sobre a particularidade dos detalhes e a unidade dos acontecimentos que dificilmente servem para ser observados, contidos e organizados dentro dos modelos de análise unicamente quantitativos. Melucci, 2005, p.29)

Na vida cotidiana, os indivíduos constroem ativamente o sentido da própria ação, que não é mais somente indicado pelas estruturas sociais e submetido aos vínculos da ordem constituída. O sentido é sempre mais produzido através de relações e esta dimensão construtiva e relacional acresce na ação o componente de significado na pesquisa.

Nesse sentido, tive como objetivos específicos o desejo de entender: 1) o modo como ocorre a saída da criança e/ou do jovem para a rua; 2) a relação mantida com os pais ou

² Cidadania é aqui entendida como uma representação social que se faz da política, daquilo que cada sujeito histórico entende como seu direito e sua disponibilidade de ação.

responsáveis antes e depois desse fato; 3) os motivos que os levam a permanecer ou não nessas condições de vida; 4) as suas percepções e vivências mais significativas.

Trabalhei com a hipótese de que esses jovens, mesmo trilhando caminhos acidentados e difíceis em suas trajetórias de vida, são capazes de construir novas formas de se relacionar com o mundo, que não através do abandono e da violência. E, a partir das entrevistas realizadas, percebi que essa hipótese se confirmou. Parti da idéia de que os jovens que estão vivendo nas ruas confrontam-se com dois limites ao entrarem na maioridade: o tempo biológico (moratória vital) e o espaço (circuitos urbanos).

Durante a realização do trabalho na escola, várias foram as manifestações de satisfação dos jovens em estarem sendo ouvidos. As entrevistas foram realizadas em uma sala junto à escola, que ficava um pouco afastada, para que o barulho não atrapalhasse os trabalhos. No entanto, várias foram as vezes em que, enquanto eu estava conversando com um dos jovens, os outros abriam a porta da sala. Uns olhavam, outros perguntavam algo e, ainda, terceiros vinham informar que, se ele não fosse naquele momento, iria perder o lanche. Vários foram os dias também em que me convidaram para tomar café junto com eles numa espécie de interesse em me cativar e agradecer pelo que estava fazendo.

A oficina de produção de papel reciclado da qual dois dos quatro meninos entrevistados faziam parte não foi objeto de pesquisa, mas várias vezes fiquei aguardando que encerrassem a atividade que estavam fazendo para que depois pudéssemos conversar. Sempre que produziam algo - capas de agenda, cadernos, agendas telefônicas - faziam questão de me mostrar o produto de seu trabalho.

A presente pesquisa é composta de cinco capítulos. No primeiro, são apresentados os caminhos percorridos para a realização desta dissertação: revisão bibliográfica, os dados dos jovens, o trabalho de campo e as concepções teóricas acerca do método de pesquisa utilizado.

No segundo capítulo, faz-se uma retomada da história da instituição da proteção à infância até a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil. No terceiro capítulo, abordam-se as pesquisas e os estudos realizados acerca dos meninos e meninas que vivem nas ruas. No quarto capítulo, é apresentado um histórico das políticas destinadas às crianças e aos jovens em situação de rua na cidade de Porto Alegre. No quinto capítulo, são analisadas as entrevistas dos jovens que participaram desta pesquisa, assim como os temas referenciados como importantes em seus relatos. Por fim, são apresentadas as considerações finais.

1. TRILHANDO CAMINHOS

A motivação para realizar este trabalho, como já mencionei, teve origem em minha experiência profissional. E foi justamente graças a essa vivência que comecei a me preocupar com a entrada na maioria de jovens com os quais trabalhava fato que isso seria de grande importância para a obtenção dos dados que me interessavam para a pesquisa.

Primeiramente, tive que me apropriar, através do Serviço de Educação Social de Rua da Prefeitura de Porto Alegre, de documentos institucionais que continham registros significativos sobre as histórias dos jovens com os quais pretendia trabalhar. O objetivo dessa análise foi o de acrescentar aos relatos feitos pelos jovens as observações por escrito feitas por educadores e técnicos. Realizei uma revisão bibliográfica sobre as pesquisas realizadas acerca do tema dos “meninos de rua” e sobre a história das políticas públicas de assistência social às crianças e aos jovens no Brasil.

Pressupus que uma pesquisa etnográfica poderia dar maior riqueza de detalhes aos dados que estava disposta a pesquisar. A pesquisa etnográfica propõe ao pesquisador que vá a campo com um novo olhar, após a apropriação de pesquisas e teorias ligadas à problemática a ser estudada, fazendo uma leitura longitudinal do processo de construção de cada sujeito e da sua atual dinâmica de vida. É uma tentativa de se familiarizar com o estranho e estranhar o familiar (Velho, 1994). O objetivo é captar os processos em movimento. Para Fonseca (1994, p.2) “(...) o sucesso do contato educativo depende do diálogo estabelecido entre o agente e seu interlocutor e é nessa área de comunicação que o método etnográfico atua”. Dessa forma, o trabalho de pesquisa de campo consistiu em observações sobre o cotidiano dos jovens nas ruas e na realização de entrevistas. Para Sarti (1996, p.24):

As entrevistas constituem sobretudo uma oportunidade singular na vida das pessoas pesquisadas, a oportunidade de falar e principalmente de ser escutado. São a prova rara do conhecimento de sua existência por alguém que não pertence a seu mundo.

A pesquisa foi realizada em um dos locais onde os meninos mais convivem atualmente: a Escola Municipal Porto Alegre, localizada na zona central da cidade de Porto Alegre, próxima ao Lago Guaíba. A escolha deveu-se ao fato de ser um local que, além de acolher crianças e jovens em situação de rua, proporciona ensino. Não oferece apenas ensino regular, mas também oficinas de trabalho educativo, tendo por objetivo (Relatório de Indicadores Sociais, 2002, p.125):

(...) ser um espaço de acolhimento, organização e socialização de saberes, assegurando à criança e ao adolescente socialmente excluído o acesso ao conhecimento elaborado historicamente, a partir da socialização e reconstrução deste conhecimento, potencializando ações voltadas para o trabalho educativo na perspectiva da construção de um projeto de vida autônomo.

Nas primeiras visitas à escola, procurei conhecer o ambiente, o espaço físico, as atividades realizadas, as pessoas que ali trabalham, bem como as crianças e os jovens que freqüentam o espaço. As entrevistas foram realizadas em um período de três meses: agosto, setembro e outubro de 2007.

Os convites iniciais aos meninos para fazer as entrevistas foram feitos por mim, explicando que queríamos conversar sobre a “vida dos meninos de rua”. A diretora da escola e a vice-diretora foram bastante receptivas ao trabalho, mostrando-se sempre disponíveis e disponibilizando um espaço no qual pudéssemos conversar a sós e com tranquilidade com os alunos. No caso das meninas, fiz três tentativas com três diferentes meninas que se negaram a conversar sobre o assunto. Uma delas ressaltou: “Não gosto de falar da minha vida, tudo o que aconteceu desde a minha infância foi triste e o que não foi triste aconteceu por causa de algum fato triste antes” (Ca. 18 anos). Outra menina justificou: “Não quero falar do presente porque também é ruim e não sei se vou ter futuro” (C. 18 anos). A terceira disse-nos que simplesmente “não queria conversar” (V. 17 anos), de modo que, depois dessas tentativas,

resolvi não insistir mais.

Foi a partir de um roteiro temático que procurei conhecer a trajetória de vida de cada um. A elaboração do roteiro temático da entrevista fundamentou-se na hipótese inicial da pesquisa de que esses jovens, mesmo trilhando caminhos acidentados e difíceis em suas trajetórias de vida, seriam capazes de construir novas formas de se relacionar com o mundo, que não através do abandono e da violência, e com o cotidiano que os rodeia. Foi por isso que estruturei o roteiro de entrevista tendo como base três momentos significativos desse processo: os momentos que antecederam sua ida para as ruas e como eram suas vidas em família; os motivos que os levaram a sair para as ruas; o período de permanência na rua e o momento atual de suas vidas. Nesses três momentos - a saída para a rua, a vida na rua e o momento atual, procurei identificar o tipo de relação que, objetiva e subjetivamente, mantiveram com os principais agentes de interação social nesse período, focando meu interesse nos seguintes temas: família, comunidade, escola, grupo de amigos e instituições de atendimento.

Coletei os dados para a pesquisa a partir dos relatos de quatro jovens em situação de rua, com idades entre 17 e 20 anos, que haviam tido a rua como seu local de moradia, identificando os fatores que contribuíram para a decisão de irem às ruas ou de saírem delas. A partir das entrevistas, objetivei recompor suas trajetórias de vida, tendo como referência que a vida é uma história inseparável do conjunto de acontecimentos de uma existência individual, concebida como uma história e a narrativa desta, ainda que os acontecimentos não ocorram, necessariamente, numa sucessão cronológica: “o real é descontínuo, formado por elementos justapostos sem razão, cada um é único, e tanto mais difíceis de entender porque surgem sempre de modo imprevisto, fora de propósito, de modo aleatório”(Alain Robbe-Grillet apud Bourdieu, 1996, p. 76).

As conversas duravam aproximadamente uma hora, sendo realizadas quatro entrevistas com cada um dos jovens. O material coletado foi utilizado na íntegra. As entrevistas foram gravadas e transcritas, e as informações foram sistematizadas em um quadro comparativo das respostas dadas pelos diferentes atores. A partir desse quadro, foi elaborada a análise apresentada neste trabalho.

Dessa forma, o campo da pesquisa foi realizado com alguns jovens já conhecidos e outros desconhecidos. Foram escolhidos jovens em situação de rua que tiveram acesso a diferentes instituições, sendo que em uma delas trabalhou a pesquisadora, o que possibilitou a facilidade de acesso aos dados e documentos envolvendo a situação desses jovens. Tive, portanto, um universo de quatro jovens entre 17 a 20 anos, que vivem ou viveram em situação de rua. A opção de escolher jovens nessa faixa etária representa uma diferenciação, principalmente no contexto constitucional, que faz com que haja diferentes tratamentos por parte das políticas sociais. Até os 18 anos, as crianças e os jovens estão abrigados pela proteção integral abrangida pela legislação. Ao completarem 18 anos, esses mesmos jovens passam a ser legalmente responsáveis por seus atos e perdem benefícios legais, como direito a abrigo e alimentação em instituições diferenciadas, além de passarem a responder por crimes que venham a praticar, recebendo por esses penas integrais.

Desses quatro jovens, determinei que dois já seriam conhecidos, uma vez que atuei diretamente com eles por ocasião de meu trabalho de atendimento nas ruas, pois acreditava que isso facilitaria a disponibilidade para as entrevistas. No entanto, concluí que os jovens que eu não conhecia mostraram-se mais disponíveis do que os outros. Talvez porque os conhecidos soubessem que eu já teria um pouco de conhecimento sobre suas trajetórias e, por isso acreditassem não ter muito que falar. É possível que também tenham pensado ter algum privilégio por me conhecerem. A opção por trabalhar com jovens do sexo masculino deu-se

pela menor presença de mulheres no espaço social dos moradores de rua. Uma primeira análise dos prontuários forneceu-me o seguinte perfil dos entrevistados:

NOME	SEXO	IDADE DE ENT/RUA	IDADE ATUAL	ESCOLARIDADE	ÚLTIMA INSTITUIÇÃO DE ATENDIMENTO
G	M	9 anos	19 anos	2ª série e.f.	ESCOLA PORTO ALEGRE
R	M	12 anos	18 anos	3ª série e.f.	EPA/ACOLHIMENTO NOTURNO
L	M	9 anos	20 anos	5ª série e.f.	ESCOLA PORTO ALEGRE
D	M	9 anos	17 anos	5ª série e.f.	EPA/ACOLHIMENTO NOTURNO

Tabela 1 - Perfil dos jovens que foram entrevistados

A tabela 1 demonstra-nos que os quatro jovens vieram para as ruas muito cedo, na maioria dos casos com 9 anos. A escolaridade deles é muito baixa e não ultrapassa a 5ª série do ensino fundamental. Os locais referidos como instituições de atendimento são os seguintes: Escola Municipal de Ensino Fundamental Porto Alegre (EPA), que é uma escola com objetivo específico de trabalho e atendimento a crianças e jovens em situação de rua, e o Acolhimento Noturno, que é um local de pernoite para jovens de ambos os sexos na mesma situação. Este prevê a redução de danos, oferecendo serviços somente à noite, e é um local onde tomam banho, fazem refeições, realizam atividades lúdicas e pedagógicas e dormem. No Acolhimento Noturno, os jovens entram às 19h e saem às 7h da manhã seguinte. Como percebemos pelos dados da tabela, todos os jovens tiveram como seu último local de atendimento o trabalho de redução de danos do Acolhimento Noturno.

Os relatos foram levantados através de entrevistas semi-estruturadas com os quatro

jovens. Compostas por frases curtas e incompletas as questões solicitavam a eles que as completassem com a primeira idéia que lhes ocorresse. Em estudos realizados com essa metodologia (Raffaelli et al., 2001, apud Neiva-Silva e Koller, 2002), a reação imediata a uma sentença aberta eliciava respostas espontâneas, sem tempo para a censura. Mais ainda: o fato de as sentenças serem estruturadas facilitava ao participante que as completasse, sem que ele mesmo tivesse de elaborar uma frase estruturada. Outro instrumento de pesquisa utilizado para registrar os dados de campo foi a fotografia. Esta revelou-se um instrumento para auxiliar no diário de campo, objetivando registrar situações que, posteriormente, foram descritas.

Compartilho da posição de Melucci (2005, p.29) ao destacar que pesquisar acerca dos meninos que vivem nas ruas “muda a atenção para as dimensões culturais da ação humana e acentua o interesse e a importância da pesquisa de tipo qualitativo”.

2. A PROTEÇÃO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE COMO UM DIREITO EFETIVO

“Somos educadores em busca das promessas da modernidade atuando com jovens que já descobriram a ilusão desta”
(Carmem Craidy)

Durante o trabalho como educadora em Porto Alegre, para mim ficou clara a diferença da situação de crianças e jovens de poder aquisitivo diferenciado. Enquanto aos filhos dos “proprietários de capital” é dada a oportunidade de acesso ao lazer e à educação, aos filhos das famílias de baixa renda restam poucas oportunidades de acesso a esses recursos sociais e, além disso, enfrentam muitas dificuldades para se inserirem no mundo da produção e da cultura, pois as classes de baixa renda sofrem a exclusão dos “instrumentos” de cultura dominante e, ainda, têm sistematicamente negados os seus movimentos como portadores e difusores de uma cultura. Sobre essa situação, Ariés (1981) afirma que:

(...) não se distinguia o próprio reconhecimento diferenciado da infância como estágio específico do desenvolvimento humano, que termina cedo para as crianças pobres e se prolonga na adolescência para as classes sociais mais abastadas.

Historicamente, no Brasil, as crianças e os jovens de classes de baixa renda foram atendidos por políticas públicas voltadas para o controle e a repressão. Somente a partir da década de 1990, com a instituição do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei nº 8069/1990), o tratamento dado pelas políticas públicas a crianças e jovens de classes baixa renda passou a ser orientado, no nível da legislação de âmbito federal, para a proteção e o desenvolvimento físico e mental.

Contudo, nosso objetivo neste capítulo é o de demonstrar que, ao longo da história da humanidade, o abandono de crianças foi comum e, sobretudo no Brasil a proteção necessária a essas crianças, mesmo com a instituição do ECA desde 1990, ainda não se configura como

um direito efetivo. A seguir, faremos um breve histórico da relação entre abandono, controle, repressão e crianças e jovens.

A partir do século XI, com o aumento das cidades e da miséria, aumentou também a exposição das crianças. A prosperidade geral ocorrida, em vez de erradicar a pobreza, só a aumentou. Segundo Marcílio (1998, p. 54), surge a necessidade de haver uma assistência social nos casos de doenças ou abandono de crianças:

No final da Idade Média, a Europa institucionalizara a assistência à infância abandonada, criando pelas cidades, seus hospícios de expostos, com o apoio das municipalidades, de legados e das confrarias de leigos.

Em 1203, surgiu a primeira “roda dos expostos” na Itália. A roda dos expostos era uma espécie de roda colocada no muro de conventos e igrejas para que as crianças fossem postas ali sem que os pais fossem identificados.

Um grande contingente de crianças pobres ia para o tráfico de escravos, principalmente no fim da Idade Média. As meninas abandonadas, com frequência, tornavam-se prostitutas ou eram dadas em casamento ainda muito novas.

Em 1500, com a apropriação do território brasileiro pelos europeus, ocorre a inclusão do índio no projeto colonial como escravo, ou seja, uma inclusão por exclusão definiu a diferença como uma inferioridade. No Brasil colônia, o pai de família era o branco português. O negro e o índio não eram vistos dessa forma.

Até o início do século XX no Brasil, no que se refere ao atendimento, à promoção e à defesa dos direitos da criança e do adolescente, não há uma atuação governamental que se caracterize propriamente como uma política social. Em 1822, surge a medicina higienista e suas “idéias modernizantes” e, com ela, a urbanização das grandes cidades.

A abolição da escravatura transformou os ex-escravos em desempregados e sem-teto. Conseqüentemente, seus filhos passaram a viver nas ruas junto com eles. A abolição deixou o

negro na desassistência, e assim surge a imagem do menor abandonado (material e moralmente). O termo “menor” surge para designar as crianças e os jovens que não são filhos das camadas médias e altas, tendo conotações negativas desqualificantes: abandonados, mendigos e infratores freqüentemente eram confundidos com o nome de “menor”.

A criança abandonada passa a aparecer na imagem do Brasil, especialmente, na transição do Império para a República. Em 1890, a idade penal para prisões e escolas de reforma era de somente 9 anos (Bulcão: 1992, p.147 apud Cunha,2000, p.37):

A legislação penal foi instituída para solucionar problemas de ordem criminal, derivados da necessidade de controlar a população e impor a ordem através da ética do trabalho, criminalizando os refratários ao trabalho e os desempregados, estabelecendo uma figura “extraordinária”, isto é, um menor que era ao mesmo tempo maior .

Ainda durante a vigência do Código Penal de 1890, foram criados, em âmbito nacional, estabelecimentos que necessitavam recolher menores abandonados e delinqüentes para oferecer um tratamento que visava à ressocialização de seus internos através do trabalho (Cunha, 2000, p. 39):

Este trabalho forçado produzia péssimas conseqüências. Criava no menor a mentalidade do escravo ou do revoltado, além do “complexo de inferioridade”. Ao invés do amor pelo trabalho, o que se colhia era seu entendimento como um castigo, que se transformava em ódio ao trabalho. O Instituto assumia, assim, uma função deseducativa.

Como a educação destinava-se à “gente desqualificada”, o que se ensinava deveria ser o básico para que o indivíduo internado pudesse inserir-se na vida social. A educação era um direito do Estado, e esse tipo de educação para crianças e jovens de classes de baixa renda caracterizou a maior parte da história republicana brasileira (op. Cit., p. 36):

O direito ao não-trabalho somente era permitido a quem fosse rico: os pobres incorreriam em pena por vadiagem, que era o próprio trabalho. Condições de vida, pena por transgressão e instrumento de ressocialização, esses eram os significados do trabalho.

O negro só é incluído na sociedade como classe perigosa/danosa e como trabalhador

subalterno. No início do século XX, ao ser atraída para a rua por força da luta pela sobrevivência nas grandes cidades, a infância encontra-se com a marginalidade social e com a morte prematura pela desnutrição ou pela violência. Antes da industrialização e da urbanização, com a conseqüente explosão demográfica nas cidades médias e grandes, tais problemas ficavam confinados às instituições religiosas e leigas de proteção aos despossuídos.

Em 1922, começou a funcionar, no Rio de Janeiro, o primeiro estabelecimento público de atendimento a menores do Distrito Federal, financiado pela Caixa de Aposentadoria e Pensão ligada aos ferroviários. Em 1924, é criado o 1º Juizado de Menores. Em 1927, é criado o primeiro Código de Menores, dando um novo tratamento jurídico aos indivíduos com menos de 18 anos, surgindo daí a figura do menor com direitos. O código criou a Escola de Reforma, voltada para jovens de 14 a 18 anos do sexo masculino que haviam cometido infrações penais, visando à regeneração pelo trabalho, à educação e à instrução. O código criou também a Escola de Preservação, formada por patronatos agrícolas, e escolas de aprendizagem de ofícios urbanos para os menores carentes e abandonados entre 7 e 18 anos. O menor era institucionalizado, com vistas à educação para o trabalho. O que se pode perceber é que as leis criadas no início do século XX, referentes à criança e ao jovem, não se dirigiam ao conjunto da população infanto-juvenil brasileira, mas apenas às crianças e aos jovens em situação irregular. (Cunha, 2000, p.43):

Baixado pelo Decreto n.º 17.943-A, de 12 de outubro de 1927, pelo presidente da República Washington Luiz Pereira de Souza, o Código de Menores determinou que os indivíduos com menos de 18 anos, de ambos os sexos, abandonados ou delinqüentes, seriam submetidos pela autoridade competente às medidas de assistência nele previstas.

Com a revolução de 1930, houve o fim do domínio político do setor agrário-exportador no Estado brasileiro. Nesse período, praticamente não ocorreu a formulação de um projeto no que diz respeito à política social. O surgimento de um Estado autoritário e populista fez com que as iniciativas na área social servissem, fundamentalmente,

como instrumento de incorporação da população e, mais especificamente, dos trabalhadores urbanos num projeto de desenvolvimento nacional.

No plano constitucional, percebemos que somente a partir da Constituição de 1934 surgiu a preocupação com o menor. Na década de 1940, durante o Estado Novo, começaram a surgir iniciativas públicas visando ao atendimento de crianças e jovens no Brasil. Em 1942, conforme explica Corrêa (1997, p. 95), foi criado o Serviço de Assistência ao Menor (SAM):

A expectativa parece ser de continuidade: os criminosos de amanhã sendo socializados, na cidade dos menores, para a longa carreira que os aguardava na penitenciária: a cada um de acordo com sua tendência, ou predisposição.

Após o término do período do Estado Novo, em 1946, manteve-se essencialmente a estrutura do Estado brasileiro com relação às políticas sociais. O confronto entre as idéias de aprofundar as conquistas sociais do período e as de manter as mobilizações sociais sob controle estatal permeou as décadas seguintes.

No ano de 1959, o Brasil assinou, na Assembléia Geral da ONU, a Declaração Universal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em que crianças e jovens passavam a ter direito a educação, saúde, habitação, lazer e cultura.

O fim do período de mobilizações dos segmentos de classes populares, fundamentais para o aprofundamento das conquistas sociais, ocorreu, principalmente, com o início do regime militar de 1964. A partir daí, de acordo com Costa (1993, p. 126):

Não se fala mais em política social como um fim em si, mas como um meio para atingir outras finalidades (...). Nesta nova concepção o gasto público passa a atender a uma dupla finalidade: fortalecer determinados segmentos do setor empresarial e atender às necessidades dos segmentos mais vulneráveis da população.

Ao mesmo tempo, em 1964, no início da ditadura militar, foi estabelecida a Política Nacional de Bem-Estar do Menor, com a aprovação da Lei nº. 4.513 (op. Cit., p. 128):

A Política Nacional de Bem-Estar do Menor (PNBEM) estabelecia para todo o país uma gestão centralizadora e vertical, baseada em padrões uniformes de atenção direta implementados por órgãos executores inteiramente uniformes em termos de

conteúdo, método e gestão. O órgão nacional dessa política chama-se Funabem (Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor), os órgãos executores estaduais eram as Febem(s) (Fundações Estaduais de Bem-Estar do Menor).

A década de 1960 foi marcada pela mudança de enfoque das instituições e organizações de assistência ao menor, em grande parte, em função dos debates em curso no país sobre o tema nos primeiros anos da década de 1960. A perspectiva correcional-repressiva, que percebia o menor como uma ameaça social, foi substituída pela perspectiva assistencialista, que percebia o “menino” como carente, um ser que precisava ser privado do que lhe corrompia, tendo como padrão de referência o menor da classe média no que diz respeito aos objetivos que se desejavam alcançar. Com isso, procurava-se superar a idéia de criança-objeto e o confinamento de crianças e jovens em instituições totais³: a metodologia gerada era baseada no binômio educação e trabalho alternativos como forma de reeducar ou reinserir as crianças e jovens no padrão de socialização hegemônico e considerado normal (Santos, 1997).

Contudo, as principais instituições, como a(s) Febem(s), herdaram de seus antecessores prédios, equipamentos, materiais e recursos humanos que continuavam a reproduzir os modelos operacionais do passado, o que comprometeu a mudança do modelo correcional-repressivo, o qual caracterizou essas instituições, de uma forma geral, até praticamente o fim da década de 1990.

No final dos anos 1970, o país viveu um período de avanço dos movimentos sociais, voltados para reivindicações que, de modo geral, visavam a uma melhor distribuição da renda e a uma ampliação do acesso aos benefícios sociais. Ao mesmo tempo, avançava também a luta pela redemocratização do país. Começam a surgir os programas alternativos para meninos e meninas de rua, desenvolvidos pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância

³ Conceito atribuído às instituições prevaletentes no século XIX que visavam ao total controle de sua clientela, como as prisões, os hospitais e as escolas. Esse conceito é desenvolvido principalmente por Michel Foucault, em *Vigiar e punir*, e por Erving Goffman em *Manicômios, prisões e conventos*.

(Unicef), pela Funabem e pela Secretaria de Ação Social (SAS), vinculada ao Ministério da Previdência e Assistência Social.

Nesse contexto, em 1979, foi instituído o novo Código de Menores, que tratava da proteção e da vigilância dos menores em situação irregular, propondo que o menor fosse atendido, preferencialmente, em sua comunidade. Essa nova posição, segundo Costa (1993, p. 129), tornava explícitos os problemas vividos na área de atendimento a menores:

De fato o ciclo “apreensão/triagem/rotulação/deportação e confinamento” começa a ser conhecido tanto pela perversidade de suas práticas, como pela ineficácia de seus resultados. Convencidos da inadequação da proposta que vinha sendo implementada até então, os dirigentes da Funabem optam pelo trabalho com as crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social em suas próprias comunidades de origem.

Esses programas, que proliferaram na década de 1980, consideravam a criança em situação de risco pessoal e social⁴ sujeito de processo pedagógico, o qual deveria ser atendido no contexto em que estava inserido. Foi implantado, então, em âmbito nacional, o Plano de Integração Menor-Comunidade (Plimec), através da criação de Núcleos de Prevenção e de Centros Sociais Urbanos (CSU), que visavam a atender a criança e o jovem em seu meio social, através de um programa que incitasse o menor a tornar-se um trabalhador. A educação proposta era a educação popular⁵, contrapondo-se ao sistema oficial e, ao mesmo tempo, complementando-o. Nos anos 1980, cresceram os programas mantidos por instituições religiosas. Segundo Costa (1993, p. 131):

Na área do atendimento às crianças e jovens em circunstâncias especialmente difíceis, o fracasso do Plimec, no âmbito da prática governamental junto com os CSU e outras iniciativas da mesma natureza, somado com a emergência de um movimento social de tipo novo, preparam e conferem inteligibilidade aos acontecimentos decisivos que haverão de caracterizar a marcha dos anos 80.

No entanto, é preciso observar que nos anos 1980, como resultado do processo de redemocratização política do país, o debate sobre as políticas de atendimento do menor em

⁴ O risco pessoal e social pode ser definido como as situações a que estão expostas e da possibilidade de sofrerem violência e/ou abusos.

curso passou a ocorrer no próprio espaço do aparelho de Estado, contando com a participação de funcionários, técnicos e gestores.

De acordo com Sader (1991), os novos movimentos sociais da década de 1980 tiveram como preocupação inicial revalorizar o cotidiano das classes populares. Nessa década, no Brasil, ocorreram importantes transformações nos movimentos sociais e, sobretudo no que se refere às políticas sociais e governamentais voltadas ao atendimento, à promoção e à defesa dos direitos da infância e da juventude, o que culminou na aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente/ECA no início da década de 1990.

Em 1982, como foi referido, um grupo de técnicos do Unicef, da Funabem e da SAS deu início ao projeto Alternativas de Atendimento a Meninos de Rua. Após a constituição de equipes de discussão, procurou-se aprender com experiências positivas de locais de atendimento a meninos e meninas de rua. Esses grupos organizaram reuniões, oficinas e encontros que socializavam e produziam idéias, conhecimentos e posturas. Foi a partir desse processo que surgiram, em primeiro lugar, idéias e experiências que seriam usadas no desenvolvimento de novos programas de atendimento e, em segundo, lideranças nacionais representativas no que concerne à luta junto aos meninos e meninas de rua e das comunidades das quais se originavam.

O evento mais significativo desse período foi o I Seminário Latino-Americano de Alternativas Comunitárias de Atendimento a Meninos e Meninas de Rua, realizado em Brasília em novembro de 1984 (Costa, 1993, p. 135):

Não resta dúvida de que, a partir daquele evento, as alternativas comunitárias de atendimento se impuseram com uma crítica em ato ao velho modelo assistencialista e correccional-repressivo resultante da articulação entre o Código de Menores e a desgastada Política Nacional de Bem-Estar do Menor.

O próximo passo centrou-se em organizar nos níveis municipal, estadual e federal um

⁵ Tem como referência básica o trabalho de Paulo Freire.

movimento nacional a favor de meninos e meninas de rua. O ápice do movimento deu-se em 1985, com a eleição da Coordenação Nacional do Movimento Meninos e Meninas de Rua. Em 1986, foi realizado o I Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua. As principais denúncias dos jovens, nesse Encontro, foram pautadas pela questão da violência, que os atingia tanto em sua vida pessoal quanto em seu ambiente familiar, como também nas ruas, na relação com a polícia, com a justiça e com as instituições de bem-estar do menor.

A partir do I Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua, a próxima mobilização foi no sentido de inserir, na Carta Constitucional, direitos que enquadrassem crianças e jovens. Os atores que mais se destacaram na articulação dessa luta política foram: a Frente Nacional de Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes; a Pastoral do Menor da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua e a Comissão Nacional Criança e Constituinte.

Entre 1986 e 1990, com o alargamento do espaço da política, através da emergência de novos padrões de práticas coletivas e da politização de espaços da esfera privada, tanto os movimentos sociais quanto o Estado tornaram-se espaço de um embate em favor da ampliação e da vigência plena dos direitos de crianças e jovens brasileiros. Esse embate tornou possível um processo significativo de mudanças na legislação, destacando-se na Constituição de 1988 o art.6º, que legisla sobre os direitos sociais que estão entre os direitos fundamentais do cidadão⁶ e o art. 227⁷, que legisla sobre a família, a criança, o adolescente e o idoso.

⁶ “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

⁷ “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§ 1º — O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança e do adolescente, admitida a participação de entidades não-governamentais e obedecendo aos seguintes preceitos:

I — aplicação de percentual dos recursos públicos destinados à saúde na assistência materno-infantil;

II — criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos (...).”

A breve exposição até aqui realizada, sobre a trajetória da legislação nacional, permite-nos observar que houve avanços quanto à regulamentação da proteção à infância e juventude. Paralelamente, ocorreram mudanças na concepção da educação de crianças e jovens, sobretudo de segmentos socialmente mais vulneráveis.

Foi importante, ainda, a inserção de capítulos sobre o assunto nas Constituições Estaduais e nas Leis Orgânicas dos Municípios, tal como a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), Lei n.º 8742, de 07 de dezembro de 1993, em seu artigo 2º⁸. Outra importante conquista foi a criação de Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, que são um dispositivo da Lei Orgânica da Assistência Social/LOAS.

Com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, teve-se a extinção da Funabem e sua substituição pelo Centro Brasileiro da Infância e da Adolescência (CBIA), o qual teve como principal objetivo a implantação do Estatuto em âmbito nacional, assim como o início de um processo de desmontagem e revisão das práticas de atendimento das antigas Febem(s).

O Estatuto da Criança e do Adolescente rompeu com a tradição brasileira e latino-americana minorista, incorporando à legislação as concepções, os mecanismos e as resoluções da Organização das Nações Unidas (ONU), decididos na Convenção Internacional dos Direitos da Criança, realizada em 1989. Essa convenção procurou estabelecer a diferença entre criança/adolescente e menor, entendendo a criança e o adolescente, a partir daí, como um sujeito de direitos. Até a promulgação constituição do estatuto, perdurava o conceito de menor, que acabava estabelecendo características depreciativas em relação à criança e ao jovem em situação de vulnerabilidade social.

Depois de 17 anos da aprovação do estatuto e de sua vigência, diversas pesquisas,

⁸ "I- a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II — o amparo às crianças e adolescentes carentes; III — a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV — a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V — a garantia de 1 (um) salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família".

relatos e trabalhos demonstram que muitas das práticas (como maus-tratos e tortura) que foram implantadas pela(s) Febem(s) ainda perduram⁹.

⁹ A este respeito, ver o relatório produzido em 2006 pelo Conselho Federal de Psicologia e pela Ordem dos Advogados do Brasil sobre a situação das unidades de internação de adolescentes em conflito com a lei em 22 estados brasileiros e no Distrito Federal.

3 – OS MENINOS DE RUA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS BRASILEIRAS

No início da década de 1980, com base em diversos estudos, verificou-se que dos 49,6 milhões de *menores abandonados*, 90% eram meninos e suas idades variavam entre 7 e 17 anos, com uma maior concentração no grupo entre os 11 e 14 anos, os quais começaram suas vidas nas ruas entre os 7 e os 12 anos e continuaram nelas até por volta de 15 a 16 anos (Rizzini e Rizzini: 1991, apud Fausto e Cervini, 1991). Se esse número de 49,6 milhões estivesse correto, significaria que existiam mais crianças vivendo nas ruas do que nos lares dos centros urbanos brasileiros.

No entanto, começou-se a questionar esse número elevado de crianças e jovens vivendo em tais condições de vida e percebeu-se que englobar todos aqueles que viviam em situação de pobreza na categoria genérica “crianças de rua” acabava por mascarar os reais dados dessa população que vivia grande parte de seu tempo na rua. A partir de então, as pesquisas começam a diferenciar aqueles que voltavam para casa dos que permaneciam na rua durante a noite. O norte-americano Mark Lusk realizou um estudo no Rio de Janeiro em 1993 sobre a população de crianças e jovens de rua, tendo pesquisado um total de 113 indivíduos da cidade do Rio de Janeiro. Para ele, a falta de uma especificidade da produção sobre o assunto aumentava o número de crianças e jovens que realmente estavam nas ruas. Lusk também procurou quantificar esse grupo estimado em um total de dois milhões de abandonados pelos pais e, para isso, dividiu a população que observou nas ruas em quatro subgrupos:

1. trabalhadores de rua com bases familiares: era o grupo constituído por crianças e jovens que viviam com suas famílias, mas precisavam trabalhar nas ruas para ajudar no sustento da casa. Eles representavam 21,4% dos 113 entrevistados. Desse grupo, 90,9% eram

meninos e 72,7% iam à escola. Suas famílias eram compostas por pai (ou padrasto) e mãe em 59,1% dos casos e pouco se envolviam em atividades ilegais. A média de idade desse grupo era de 13 anos.

2. trabalhadores de rua independentes: representavam 50,5% da população que foi entrevistada. Lusk alerta que com esses meninos os laços familiares começavam a se desintegrar, pois passaram a se envolver mais com a rua. As famílias dessas crianças e jovens eram constituídas de ambos os pais em 61,5% dos casos. A maior parte do grupo também era de meninos (73,1%), sendo que 60% deles já haviam tido envolvimento com a polícia ou com outras instituições. Apenas 30,8% disseram estar freqüentando a escola na época. Eles dormiam na rua esporadicamente e estavam mais envolvidos com atividades ilegais (44,9%). Sua média de idade também era de 13 anos.
3. crianças de rua: eram somente 14,6% da população de crianças e jovens nas ruas. Eles já não tinham mais vínculos familiares. Advinham de famílias constituídas de pai e mãe (53,3%) e apresentavam uma forte tendência a se envolver em atividades ilegais (60%). Em sua maioria eram meninos e estavam envolvidos com drogas (73,3%). Vários admitiram terem sido presos ou permanecido em instituições de correção (80%) como a FEBEM. A idade média era de 14 anos e somente 6,7% deles ainda continuavam freqüentando a escola.
4. crianças de famílias de rua: representavam 13,6% dos entrevistados, dos quais 64,3% eram meninos. Permaneciam o dia inteiro na rua com suas famílias que, na maioria dos casos, (64,25%) eram constituídas somente pela mãe e pelos filhos, havendo a ausência de uma figura masculina. Envolviam-se significativamente com atividades ilegais (38,5%) e com drogas (57,1%). A relação com instituições repressivas foi menos freqüente, sendo que apenas 14,3% admitiram ter ido para algum local desse tipo. A média de idade era

baixa (10 anos e 4 meses), assim como o índice daqueles que freqüentavam a escola (14,3%).

Outros estudos realizados em diversas cidades do país constataram números bem menores do que os já apresentados. No Rio de Janeiro, através de um estudo feito pelo Ibase em 1993, foram encontradas 797 crianças e jovens, com menos de 18 anos, dormindo nas ruas. Em São Paulo, um estudo guiado por 23 instituições diferentes chegou ao número de 895 crianças e jovens dormindo ao relento. A partir daí, já se falava em um número bem menor de crianças e jovens vivendo nas ruas do Brasil, aproximadamente 13 mil.

Uma das primeiras abordagens em relação ao tema dos meninos de rua foi a realizada por Rosa Fischer Ferreira, no trabalho *Meninos de rua: expectativas e valores de menores marginalizados em São Paulo*, no início dos anos 1980 sobre o perfil de vida de crianças nas ruas na cidade de São Paulo. Nessa época, esse assunto começou a ganhar visibilidade e os meninos de rua passaram a ser conhecidos como menores abandonados.

É na década de 1980 que começam a surgir as primeiras pesquisas sobre a população de *meninos de rua*. Esses estudos, em sua maioria qualitativos, descreviam o perfil desses indivíduos e seu cotidiano nas ruas. Os pesquisadores começavam a focalizar a situação em que se encontravam as crianças provenientes de classes de baixa renda. Os *meninos de rua* ficaram então conhecidos como a geração da rua (Rizzini: 1984). Nessa fase, ainda não existia uma tipologia de população de crianças nas ruas, nem uma diferenciação entre aqueles que moravam nas ruas e aqueles que as utilizavam para o sustento e depois retornavam para casa. A preocupação dos estudos era a de traçar um perfil descritivo dessa população e de sua vida nas ruas.

A partir do trabalho de Peter Taçon (1985), na metade da década de 1980, passou-se a discutir a distinção entre crianças *nas* e *das* ruas. Essa distinção, que fora utilizada em

diversos países, buscava diferenciar as crianças que estavam nas ruas como uma forma de sobreviver e mantinham seus laços familiares daquelas que acabavam perdendo esses elos.

No início dos anos 1990, também começam a ser abordados novos temas em relação à família dessas crianças e aos fatores que as impeliram a ir para as ruas. Em 1991, Fausto e Cervini lançam o livro *O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80*, que reuniu textos de diferentes cientistas sociais que discutiam o problema em Goiânia (GO). As entrevistas realizadas com as crianças e seus familiares mostravam que estes não eram menores abandonados como se pensava, pois tinham família. Outra revelação foi que as crianças que viviam em situação de pobreza, os chamados menores, representavam mais da metade da população entre 0 e 17 anos e que não eram uma minoria como se pensava.

Várias foram as terminologias utilizadas para tratar do assunto das crianças e jovens que vivem nas ruas a saber: crianças em situação de rua, crianças e adolescentes em situação de rua, meninos e meninas de rua, criança e adolescente pobre de rua, crianças e adolescentes de rua, meninos em situação de rua. Essas expressões coexistiam e apareceram em diferentes trabalhos. A partir de 2000, surgem expressões como meninos em situação de risco e jovens moradores de rua. Segundo Rosemberg (1993, p. 73):

Assim, criança carente, abandonada, trabalhadora, de rua, foram expressões usadas indiscriminadamente por muitos durante a década de 80, unificando sobre o mesmo rótulo identificador, a diversidade de situações de vida de crianças e adolescentes empobrecidos.

As abordagens realizadas na última década passaram a questionar a categorização da criança ou do adolescente como sendo “de rua”. Essa proposta de análise da categoria “crianças de rua” está relacionada aos debates realizados no campo das ciências sociais, particularmente na área da sociologia da infância. Esse movimento de âmbito internacional buscou discutir conceitos e velhos paradigmas sobre a infância, definindo-a como uma categoria social que reflete visões específicas da sociedade. Essa corrente problematizou a

forma estigmatizadora e excludente como a sociedade enxergava essas crianças.

A terminologia utilizada para designar os grupos de crianças nas ruas foi sendo modificada a partir da inclusão de novos elementos, como ilustra Rizzini (2003, p. 36-37):

O termo “menino de rua”, que inicialmente parecia abarcar a todos indistintamente, passou a incluir os “meninos nas ruas”, destacando o aspecto de transitoriedade de alguns, para depois se transformar em “meninos e meninas”, mostrando que surgia uma preocupação com as diferenças de gênero. Nos últimos anos, foi adotada uma nova série de termos denotando o caráter particular e efêmero da “situação” em que se encontram estas crianças, como por exemplo: crianças em circunstâncias especialmente difíceis, crianças em situação de rua, crianças em situação de risco ou de vulnerabilidade.

Marília Spósito, coordenadora do balanço sobre a produção na área de educação em estudos sobre juventude e escolarização entre 1980-1998, lançado em 2002, alerta que (p. 21):

Do ponto de vista da luta política, a adoção uniforme de designações como meninos e meninas de rua, por exemplo, para cobrir a ampla faixa atingida pela proteção da legislação, revelou, em algumas situações, sua eficácia em introduzir nova esfera de legitimidade: a idéia de sujeitos de direitos em populações alvo do estigma diante de sua condição de “menores”. Mesmo assim, como alerta Rosemberg (1993), tais designações, na maioria das vezes, têm agravado certos estereótipos, ao invés de enfraquecê-los. Mas essa prática, sob o ponto de vista da produção do conhecimento, é expressão de um grau acentuado de indefinição teórico-metodológica e de tratamento uniforme de situações psicossociais extremamente diversas. Essa imprecisão dificultou até a identificação dos sujeitos escolhidos para a investigação, pois adolescentes e crianças foram tratados como categorias dissolvidas, sobretudo, em uma idéia abstrata de infância.

Nesse trabalho, optamos por utilizar o termo meninos/as que vivem nas ruas como sendo as crianças e os jovens que ficam na rua fora do alcance da família e longe de seus cuidados. Em geral, sobrevivem das ruas, podendo passar algumas horas por dia fazendo algo que lhes renda algum dinheiro, ou morando nas ruas e em instituições que lhes dão abrigo temporário¹⁰. Propomos que não se identifiquem essas crianças e jovens como “meninos/as de rua”, porque sua situação é apenas uma etapa em suas vidas, ou seja, o fato de estarem ou terem vivido nas ruas é o que os caracteriza. Segundo Koller e Hutz (1996), definir crianças como pertencentes a grupos estáticos como meninos de rua ou meninos na rua é uma temeridade já que a complexidade e a diversidade do espaço da rua produzem uma dinâmica

¹⁰ A este respeito, ver Rizzini (2003).

bastante particular à vida das pessoas que dela se utilizam.

Várias pesquisas já foram realizadas sobre a caracterização de crianças e adolescentes em situação de rua no Brasil (Craidy, 1998; Lemos, 2002; Graciani, 1997; Gregis, 2002; Gregori, 2000; Koller e Hutz, 1996; Lusk, 1993; Martínez Reguera, 2005; Milito e Silva, 1995; Minayo, 1993; Müller e Morelly, 2002; Rizzini, 2003; Rosemberg, 1993; Westphal, 2001). Buscando um maior conhecimento sobre esses sujeitos, optamos, então, por realizar esta pesquisa na perspectiva da educação e das ciências sociais.

O ser humano nunca é algo pronto, acabado e único. Nossa identidade não se desenvolve a partir de um único núcleo, mas é constantemente formada na relação que temos com os outros, já que é na relação que estabelece com o olhar do outro que o sujeito vai criar seu sistema simbólico de pertencimento e de identificação. Para Morin (1986), a identidade é múltipla, ou seja, não uma essência estática, mas um processo fluido de interações com o mundo e com os outros. Segundo Craidy (1998, p. 23), para esses jovens:

O eterno presente é traído pelo corpo que teima em crescer, em tomar novas formas, em impor novas necessidades, em fazer-se adulto, em chegar aos temidos dezoito anos, nos quais desaparece o único privilégio precariamente vivido – forma de discurso envergonhado da sociedade culpada e das autoridades que não conseguiu dar-lhe vida: é o direito à proteção especial e à imputabilidade penal garantida pela Constituição brasileira de 1988, até a idade de dezoito anos.

Para o jovem que vive nas ruas, o confronto entre o que ele é e o que deveria ser é constante, visto que a imposição da chegada da idade adulta requer o estabelecimento de definições e de uma suposta autonomia. Para Lemos (2002, p. 135):

(...) a juventude, para os jovens moradores de rua, representa uma identidade liminar (também própria do momento ritual) entre o que ainda não foi – a infância – e o que talvez não chegue – a idade adulta.

Sua socialização na infância e na juventude foi construída na mobilidade entre a casa, a rua e as instituições. A sociedade impõe que esse jovem tenha uma identidade estável e em conformidade com o que está definido socialmente, como se houvesse um padrão de normas e

condutas para o “ser jovem”.

A sociedade acaba ditando um ideal de juventude aos jovens moradores de rua, esperando que eles amadureçam, tenham projetos saudáveis a partir do momento em que legalmente se tornam adultos. No entanto, como ter um projeto de vida saudável, ou se tornar autônomo do dia para a noite?

A identidade significa configurar-se frente aos outros. Segundo Marx, as estruturas socioeconômicas desempenham papel decisivo na constituição da consciência e da identidade das pessoas: não é a consciência dos homens que determina seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência (Marx, 1983, apud Craidy, 1998, p. 24). Para Ciampa (1990), a identidade é metamorfose constante, permanência e transformação, porque se dá no mundo concreto como síntese de múltiplas determinações.

A constituição da identidade dá-se muito mais por uma ação consciente dos indivíduos do que por situações definidas por laços de hereditariedade. Os múltiplos tempos vividos e papéis sociais que nos impelem todos os dias dividem a experiência cotidiana e podem acarretar problemas de perda de autonomia do indivíduo. Cria-se, então, um campo aberto para as manipulações, tais como as provocadas pelas drogas e pelo totalitarismo das seitas religiosas (Carrano, 2000, p. 4-5). A esse respeito, Guattari e Rolnik (1986, p. 68-69) referem que:

(...) a identidade é um conceito de referenciação, de circunscrição da realidade a quadros de referência, quadros esses que podem ser imaginários (e, por conseguinte, idealizados). Essa referenciação vai desembocar tanto no que os freudianos chamam de processo de identificação quanto nos procedimentos policiais, no sentido da identificação do indivíduo: sua carteira de identidade, sua impressão digital, etc. (...) Em outras palavras, a identidade é aquilo que faz passar a singularidade de diferentes maneiras de existir por um só e mesmo quadro de referência identificável.

A aprendizagem do “ser autônomo” está diretamente relacionada ao processo de aquisição de uma identidade e às múltiplas redes relacionais do seu universo cotidiano. Todos os dias somos confrontados com situações que exigem que façamos escolhas. Tornar-se

reflexivo, aprendendo a aprender, é um imperativo que nos insere num mundo de constante troca de papéis sociais, de códigos, de novas formas de relações. Ao aumentarmos o campo de nossas experiências podemos perder a segurança do referencial de identidade (Carrano, 2000, p. 6). Nesse sentido, o processo de passagem para a idade adulta pode ser entendido como uma capacidade continuada de reproduzir nova identidade, integrando passado e presente, na unidade e na continuidade de uma biografia individual (Melucci, 1991, p. 37, apud Carrano, 2000, p. 6).

Fatores como o conflito e a solidariedade fazem-nos sentir parte de um grupo, reforçando nossa identidade e garantindo-a. Nossa ligação com os outros estabelece-se, fundamentalmente, porque precisamos reconhecer o sentido daquilo que fazemos. Segundo Carrano (2000, p. 6-7): “A identidade coletiva se refere, assim, a uma rede de relações ativas entre os atores que interagem, influenciam-se mutuamente e tomam decisões (...) A dimensão relacional da identidade coletiva ocorre, portanto, num quadro de relações entre a auto-identificação e reconhecimento social”.

Portanto, não podemos salientar somente a intencionalidade da ação dos sujeitos, mas também o efeito que a nossa ação produz no sistema de relações do qual fazemos parte e, conseqüentemente, nos vínculos que dele recebemos. Somos ainda a nossa relação, aquela que aceitamos ou refutamos; aquela a que nos limitamos ou à qual arriscamos (Melucci, 1991, p. 56, apud Carrano, 2000, p. 7).

3.1 - A infância, a juventude e a situação de rua

Para Freitas (1997), se fôssemos arriscar uma visão panorâmica do século XX através dos documentos produzidos pelas instituições, com suas variáveis descritivas, normativas e ideológicas, poderíamos sinalizar o seguinte dado: as carências infantis de toda ordem têm sido associadas a uma questão maior, que é a do desenvolvimento econômico (em muitos casos do tipo industrial) reconhecido como “chave” para a solução de tais problemas. Os documentos produzidos no século XX revelam um século vazado pela idéia de que o desenvolvimento econômico é uma política preventiva global contra o desamparo da infância. Segundo o mesmo autor (1997, p. 12), a infância:

Tem sido considerada um dado subordinado ao tema desenvolvimento, de modo que, ao se considerar que os poderes governamentais estão incapacitados para gerir e fomentar o desenvolvimento econômico, retira-se, paulatinamente, dos mesmos poderes a obrigação de pensar aqueles temas como questão de Estado.

A juventude, ao longo da história da humanidade, nem sempre foi reconhecida como uma etapa do ciclo de vida das pessoas, assim como a construção da infância é algo relativamente recente. As crianças, no passado, eram considerados pequenos adultos, tanto é que trabalhavam como adultos e somente depois de algum tempo começou a haver uma preocupação em diminuir e diferenciar a jornada de trabalho das crianças. Ariès afirma que “a especificidade da juventude foi reconhecida em outros tempos e em outras sociedades anteriores à era medieval (...) revela a particularidade do vínculo social pelo qual a juventude aparece como configuração própria da experiência moderna” (apud Peralva, 1997, p. 14). Touraine (1993, p. 17) corrobora a idéia de Ariès (apud Peralva, 1997, p. 17) ao dizer que:

A definição da infância e da juventude como fases particulares da vida torna-se não apenas uma construção cultural, mas uma categoria administrativa – vale dizer jurídica e institucional, ainda que abrigando fortes diferenças sociais no seu interior.

O jovem, na sociedade moderna, é considerada como aquele que não se adapta às regras sociais. Conseqüentemente, é um desviante, alguém que não se enquadra nos padrões

estabelecidos. Dessa forma, o jovem é visto negativamente pela sociedade. Para Peralva (1997, p. 22):

Importantes mudanças sociais e culturais incidem sobre as representações relativas à especificidade das fases do ciclo vital, alterando-os profundamente. As transformações nas relações de trabalho e o prolongamento da escolarização são provavelmente mais importantes.

Podemos dizer que a juventude não pode ser definida por faixa etária ou por tipos de comportamento. Cada sociedade é que define o que caracteriza a sua juventude, sendo esta uma construção cultural. Hoje em dia, há uma intensa valorização do “ser jovem”, pois todo mundo quer manter-se jovem. A juventude, portanto, “é associada a valores e a estilos de vida e não propriamente a um grupo etário específico” (Peralva, 1997, p. 25). Para Carrano (2000, p. 4):

“Na sociedade contemporânea, de fato, ser jovem não é apenas uma condição biológica, mas uma maneira prioritária de definição cultural. A vida social se diferencia em âmbitos de experiências múltiplas, cada uma das quais caracterizada por formas de relacionamento, linguagens e regras específicas”.

A relação com a família aparece em vários trabalhos como uma das principais causas da saída da criança ou do jovem para a rua. A família, como uma unidade ideológica, é construída culturalmente no contexto socioeconômico no qual está inserida, consistindo em laços consangüíneos e/ou afetivos; como um grupo doméstico e como uma unidade social, está ligada a um arranjo familiar, podendo ainda incluir membros não relacionados por parentesco (Woortmann, 1987). Estudos recentes demonstram que a verdadeira causa da saída para a rua¹¹ é a miséria econômica e afetiva, que gera exclusão social imposta às famílias de classes de baixa renda urbanas e origina o aumento da população infanto-juvenil nas ruas brasileiras e no mundo inteiro (Alves, 1998; Carvalho, 1999, apud Neiva-Silva e Koller, 2002, p. 209).

¹¹ A rua não é só um espaço físico concreto, mas também um contexto no qual são estabelecidas e desenvolvidas as principais relações de socialização da criança e do adolescente que nela vivem de forma parcial ou integral (Neves-Silva e Koller, 2002, p. 219).

Partimos da idéia de que o ser humano não se desenvolve aos saltos, mas ao longo de um processo. Por isso, não há como estabelecer se uma criança ou um jovem que vive nas ruas tem vínculo com a família ou se não tem mais. Esse processo ocorre, em geral, de forma lenta e gradual. Por exemplo, no início, um grupo de irmãos sai de casa após a escola para pedir na sinaleira, durante 3 ou 4 horas, num local próximo de onde moram. Posteriormente, o tempo de permanência na rua vai aumentando, eles já não vão mais à escola, mas ainda retornam para casa. Mais tarde, já não retornam mais para casa todos os dias e ficam em locais cada vez mais distante de onde moram. Para a família, aquela saída sem retorno que era esporádica agora torna-se diária. Paralelamente, essas crianças que antes ficavam sozinhas agora já desenvolveram toda uma rede de apoio social, fazendo amizades com outras crianças, com moradores do local onde passam o dia e a noite. Antes, seu trabalho tinha como objetivo ajudar no sustento de sua família; agora, passa a fazer parte da manutenção da própria subsistência. Todo esse processo contribui para a desvinculação familiar, mas não é o único motivo de permanência na rua (Guedes, 1997, apud Neves, 2003, p.74):

Pais e filhos estão diante de processos de exclusão do mercado de trabalho formal e de rebaixamento do valor do salário. Por tais razões, os pais também estão socialmente desprovidos dos meios de controle de um tempo de latência e indeterminação dos filhos, diante do fechamento da inserção laboral, embora seja a alternativa por eles valorizada para a construção social do ser adulto.

De acordo com Sarti (1996), frente a esses problemas, torna-se difícil delimitar a infância entre os pobres. A regra é que as crianças desde muito cedo, com 6 ou 7 anos, já tenham atribuições na família (Dauster, 1992). A rua é genericamente o espaço da desordem. Se a “rua” se contrapõe à “casa”, como a desordem se contrapõe à ordem, ela também configura-se como um local de trabalho para as crianças, no sentido de ser “secundário” em relação ao papel do provedor principal e parte fundamental das obrigações familiares. O problema é quando o desemprego faz com que as crianças tornem-se os principais provedores.

O crescente número de crianças e jovens em situação de rua espelha as conseqüências do capitalismo periférico e dependente do Brasil enquanto a miserabilidade e o risco pessoal e social caracterizam esse quadro. A situação de rua de mendicância pode ser caracterizada da seguinte forma: crianças ou jovens (menores de 18 anos) exercem alguma atividade que garanta a própria subsistência e, às vezes, também a da família através da mendicância (de dinheiro, produtos ou alimentos), exploração do trabalho infantil (venda de produtos/serviços) e/ou pequenos roubos, furtos ou comércio de drogas. Boa parte das meninas e alguns meninos são expostos à exploração sexual para garantirem a sua sobrevivência.

A rua torna-se não mais um local de passagem, mas de permanência; o lar não mais delimita o espaço privado, típico da família. A rua, que seria o espaço público, mistura-se agora ao privado (Neves, 2003, p. 72):

Na rua, eles encontram meios de trabalho e modos instrumentais de acesso a recursos. Não só estas crianças, mas a maior parte daquelas oriundas das famílias mais empobrecidas, estão aí porque vêm sendo pressionadas a reduzir o tempo de dependência em termos de consumo, e a conquistar prematuramente a autonomia diante dos pais (...) Em quaisquer dos casos, eles na rua estão porque são alcançados por processos de empobrecimento dos trabalhadores, e de produção dos indesejáveis pelo mercado de trabalho formal.

A questão da liberdade é um dos principais desejos que afligem os meninos e as meninas que vivem nas ruas. A convivência com outras crianças e jovens, a falta de controle de um adulto, a possibilidade de fazer muitas coisas em diferentes horários e as oportunidades de lazer que os centros urbanos oferecem são fatores que os atraem para o mundo da rua. Um trabalho que deu ênfase a essa questão foi o de Maria Filomena Gregori (2000). Ela alerta para o fato de que, embora a rua possa representar a liberdade, para os jovens que vivem nas ruas ela traz “uma existência cuja origem está relacionada aos padrões indicados por uma dinâmica familiar – a circulação de crianças, a mobilidade urbana, a instrução escolar irregular, a familiaridade com a cidade” (p. 100). Por isso, Gregori vê a família como “parte

do contexto que estimula uma experiência de circulação que poderia ser – e que muitas vezes é – utilizada na rua” (ibid). Essa pretensa liberdade também faz com que as crianças e os jovens que vivem nas ruas estejam mais suscetíveis à violência. O caso mais conhecido em nossa história foi o da chacina da Candelária, ocorrida em 1993, quando uma criança e sete jovens foram mortos a tiros por policiais.

Essa circulação exacerbada, essa mobilidade de meninos e meninas que vivem nas ruas não representa um fluxo de liberdade que eles acham que têm, mas sim um impedimento de circular por outros espaços: “Apesar de aparentemente livres, pagam o preço dessa suposta (ou não) liberdade com a impossibilidade de se estabelecer de alguma maneira, de se enraizar”(Lemos, 2002,132). Para Cláudia Fonseca (1995), o rearranjo familiar, conflito entre gerações e a circulação de crianças configuram-se como principais causas de saída para a rua: “(...) a privação econômica é obviamente um fator-chave. Todavia, sem um exame cuidadoso dos fatores sociais e culturais através dos quais ela é mediada, a miséria nada pode explicar” (p.17).

Benedito dos Santos (2001) aponta que não há um determinismo social que leve as crianças que esmolam ou realizam pequenas atividades de comércio a passar a habitar a rua de forma mais sistemática. Agregam-se à luta pela sobrevivência fatores como a violência intrafamiliar, a instabilidade nas relações pessoais e comunitárias. Portanto, o fato de crianças ou jovens estarem mal vestidos, descalços, mãos, com mãos, pés e rosto sujos, denotando pobreza e abandono, nada mais é do que a criação de um estereótipo da criança pobre. A pobreza, tomada isoladamente, não caracteriza uma criança ou um jovem como estando “em situação de rua” (Carrizosa e Poertner, 1992; Martins, 1996b; Oliveira et al., 1992; Swart-Kruger e Donald, 1996; Williams, 1993, apud Neves-Silva e Koller, 2003).

Sabe-se que o que os leva a permanecer nas ruas são fatores de ordem mais complexa,

entrecruzando questões econômicas, sociais e culturais. Entre esses fatores, o “grupo”, “a droga” e a “liberdade”, que se esconde numa suposta autonomia, são os fatores mais citados como prioritários na vinculação com a rua enquanto lugar de permanência. É principalmente nessa fase de “rualização” que o uso abusivo de drogas torna-se constante em grande parte dessa população de crianças e jovens. Justamente por estarem nessa situação de rua, crianças e adolescentes não estão sendo protegidos e, portanto, o ECA não vem dando conta dessa situação, já que seu principal objetivo é a proteção. Para Lemos (2002, p. 47):

A não proteção dos direitos básicos (crianças dormindo nas ruas, roubando e/ou revirando o lixo para viver, vendendo seus corpos por um pouco de comida e proteção, injetando-se com seringas contaminadas pela água do esgoto e pelo vírus HIV) é que define o abandono social.

A atuação do poder público e das organizações não-governamentais (ONGs) têm sido muito difusa, dispersa, caracterizada por ações pontuais e fragmentadas. Com isso, a eterna desigualdade social brasileira só aumenta esse contingente, enquanto os órgãos voltados para esse trabalho continuam não conseguindo atender a todos. Não há uma concepção homogênea sobre o assunto. A cada eleição, surge uma nova proposta salvadora que resolverá a situação de rua de crianças e jovens, porém efetivamente isso não ocorre, pois os planos não visam a um atendimento integral desses indivíduos, ao passo que o paternalismo e o clientelismo ainda predominam. Nesse sentido, não se constrói um indivíduo autônomo que chega aos 18 anos necessitando de noções de cidadania. Para Lemos (2002, p. 106-107):

(...) pode-se mesmo questionar o grau de cidadania que faltaria atingir para uma vida mais digna, mas não se pode medir o que estes pequenos projetos pessoais representam na vida de cada ser humano. Neste contexto, os conceitos de fracasso ou de sucesso se medem pela habilidade em se manter vivo por mais tempo e em dar um sentido pessoal e relacional às suas vidas (...) a idade de ser adulto exige a determinação de projetos. Porém, ela demanda uma organização de si e com o mundo, não mais de um mundo paralisado num tempo fictício.

As políticas públicas tornam imperceptíveis as diferenças entre marginal e marginalizado. O termo “menor” desbordou de sua instância jurídica de origem e tem sido

usado na maioria das instâncias como correlato à marginal, pivete, pobre, carente, desviante, entre outros. Contudo, isso é um erro, porque juridicamente “menor” é aquele que não atingiu a maioridade, ou seja, o termo descreve uma faixa etária e determina um corte relativo à idade, referindo-se tanto ao desenvolvimento da vida biológica quanto à vida cívica, uma vez que ao atingir a maioridade todos temos direitos e deveres iguais.

É claro que a diferença de classe interfere nisso já que nunca um jovem de classe média menor de 18 anos será chamado de “menor” Assim, crianças e jovens que estão nas ruas são “menores” não pela categoria jurídica, mas pelo fato de que são filhos de famílias excluídas do processo produtivo e de outras esferas da sociedade, são frutos de uma anomia resultante da miséria. E eles também já fazem parte dessa massa que futuramente será excluída do mesmo processo.

E, assim, os governos sentem-se aliviados quando um jovem completa 18 anos porque agora ele não é mais responsabilidade do Estado: “Brusca, mágica e radical mudança, presente de aniversário com a qual grandes contingentes de jovens vêm saudada a chegada de sua maioridade plena” (Ribeiro e Barbosa, 1987, p. 39). Para Lemos (2002, p. 107): “Seria o momento ideal para incidir sobre prováveis projetos de vida, pois é um dos poucos momentos que o menino ‘pensa’ ou talvez ‘sente’ o tempo que está por vir, o futuro”. Ao completarem 18 anos, os jovens que vivem ou moram nas ruas percebem o seu tempo de vida, ou melhor, a sua idade, pois é nesse momento que os serviços de atendimento vetam a sua entrada por ele já ser “de maior”. É a chamada ‘crise dos 18’, que é reconhecida, segundo Lemos (2002, p. 107):

(...) como o período mais difícil para quem vive nas ruas (...) Esta crise pode começar a apresentar sinais desde os 16 anos, dependendo do grau de consciência da situação. Outros só conseguem sentir o peso dos dezoito anos quando cometem um ato infracional corriqueiro e vai parar no cadeião e não mais na Febem.

As características dos jovens adultos são bastante diferentes do resto da população

mais velha que vive nas ruas. Contudo, os programas sociais, que se utilizam somente do critério da legislação, fazem com que o jovem, ao completar 18 anos, fique restrito ao atendimento de adultos: “Por isso, têm sido criadas algumas instituições cujo objetivo é o controle do tempo dos jovens, especialmente dos jovens que estejam prestes a alcançar a idade adulta e, portanto, conquistar autonomia” (Neves, 2003, p. 70). Para os jovens dessa idade, agrupar-se aos seus iguais agora, ou seja, aos adultos, torna-se mais difícil porque eles não se vêem mais nem como crianças nem tampouco como adultos. O sentimento de pertencimento à rua torna-se mais difícil: “A crise dos 18 anos é uma retirada do pouco chão que ainda lhes resta sob os pés. Nesse momento, cada vez mais, existem a pressão externa e o apelo à decisão interna de um projeto de vida ou de um projeto de morte” (Lemos, 2002, p. 112).

O jovem que vive nas ruas parece aguardar uma morte próxima, mas ele não fica imóvel à espera por ela: “tais usuários devem aprender a lidar com e a tirar partido dos estigmas, das humilhações, das flagelações, da violência e até mesmo da administração da ameaça de morte e de seu fato recorrentemente consumado no cotidiano imediato” (Neves, 2003, p. 71). Ele busca, incessantemente, viver os momentos que lhe restam fugindo da dor e buscando prazer, conduta que está ligada ao uso de drogas e à adoção de uma conduta de risco ainda maior, desafiando a morte a cada dia. Conforme enfatiza Morin (1997, p. 270):

Sem o risco da morte, a consciência individual não poderia adquirir sua têmpera, isto é, afirmar-se (...) o risco da morte é participação, e a participação é a vida. O medo da vida é o medo da morte, e o medo da morte é o medo da vida. Viver é assumir o risco de morrer.

Esses jovens procuram no risco da morte uma lucidez e afirmação de sua individualidade porque “Na verdade, o risco de morte se abre a participações lúdicas (a aventura pela aventura, o perigo pelo perigo, etc.) (...) se identifica com forças, com realidades que a exaltam” (Morin, 1997, p.74-75).

A violência, tanto física quanto simbólica, é outro fator que contribui para a vitimização da infância e da juventude, pois a tríade estruturada na modernidade casa-família-escola já sofreu e continua sofrendo uma série de mudanças e não corresponde mais às necessidades de proteção. Por isso, o processo de opressão e exploração vivido por essas crianças e jovens é constante. E a falência das políticas sociais básicas, como educação, saúde e esporte, também contribui para esse processo de exclusão.

Esse capítulo visou a demonstrar que historicamente as crianças e os jovens oriundos de classes de baixa renda foram sendo tratados de diferentes formas ao longo dos anos. Cabe, ainda, às políticas sociais e ao Estado uma maior atenção a ser dada à proteção de crianças e jovens e, principalmente, aos menos favorecidos.

4. A POLÍTICA DESTINADA À SITUAÇÃO DE RUA DE CRIANÇAS E JOVENS EM PORTO ALEGRE

Uma das primeiras iniciativas na área da situação de risco de Porto Alegre aconteceu em 1993, com a implantação do Projeto Jovem Cidadão, englobando o trabalho de três secretarias (Saúde, Assistência Social e Educação). Esse projeto pretendia constituir-se em atendimento integral de crianças e adolescentes em situação de risco, servindo como um atendimento de retaguarda aos conselhos tutelares¹².

Em 1994, ocorre a I Conferência Municipal da Criança e do Adolescente e do Pacto pela Infância¹³, que estabeleceu diretrizes para o atendimento da infância e juventude, ressaltando como prioridade o enfrentamento da situação de rua e de drogadição.

Nesse período, com a instituição de Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e a municipalização da assistência social, a Fundação de Educação Social e Comunitária (FESC)¹⁴ passou a gerir o setor, assumindo o compromisso de propor e desenvolver programas e projetos voltados ao atendimento da assistência social.

Entre os programas implementados, a FESC constituiu uma equipe de Educação Social de Rua (ESR), com o objetivo de mapear a realidade de crianças e adolescentes em situação de rua na região central da cidade, buscando estabelecer vínculos e possibilidades de superação dessa situação.

Nesse momento, inicia-se também o processo de constituição da Escola Municipal Porto Alegre (EPA), que primeiramente foi chamada de Escola Aberta do Centro, e está

¹² O conselho tutelar é um órgão permanente e autônomo, não-jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, conforme definição da Lei federal nº. 8.069/1990.

¹³ O Pacto pela Infância foi uma articulação entre a sociedade civil e o poder público municipal, que discutiu a realidade da criança e do adolescente, estabelecendo 30 metas como prioridades a serem cumpridas pela garantia de direitos.

vinculada à Secretaria Municipal de Educação, voltada ao atendimento de crianças e adolescentes em situação de rua e à organização dos saberes, visando à retomada dos projetos de vida desses indivíduos.

Em 1996, foi implantado o Programa de Apoio Sócio-Familiar, a partir da experiência do Projeto Sinal Verde, que aconteceu em 1995, com o objetivo de trabalhar com famílias que viviam a realidade de crianças e adolescentes na mendicância.

Ainda em 1996, desenvolve-se uma parceria com a sociedade civil por meio do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, através de uma ação conjunta e articulada com o Serviço de Educação Social de Rua, para a realização de abordagens a crianças e adolescentes com história de vida na rua.

Em 1997, o Ambulatório Pró-Jovem¹⁵ passa a integrar a rede municipal de saúde. O serviço, que era então mantido pela Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, havia sido extinto em 1996. A partir da municipalização, passa a atender as crianças e os adolescentes com idade entre 10 e 20 anos incompletos, vítimas de abuso sexual.

Ainda em 1997, organizou-se um grupo de trabalho entre as Secretarias Municipais de Assistência Social, Educação, Saúde e Governança para estruturar o I Colóquio Família, Rua e Drogadição, com o objetivo de discutir com o governo e a sociedade civil as ações de enfrentamento da situação de rua e drogadição. Inicia-se também o Projeto Usina do Papel, ação realizada na área do trabalho educativo, com vistas a incidir na possibilidade de geração de renda para adolescentes e jovens adultos.

Em 1998, realiza-se um diagnóstico que acabou revelando a disseminação do vírus da Imuno Deficiência Adquirida (AIDS) entre crianças e adolescentes em situação de rua em função do compartilhamento de seringas no uso de droga injetável e da exploração sexual.

¹⁴ Passou a ser denominada Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC).

¹⁵ O Ambulatório Pró-Jovem atende adolescentes vítimas de maus-tratos, abuso sexual e uso de substâncias psicoativas, desenvolvendo abordagens de psicoterapia individual, grupos terapêuticos e atendimentos clínicos em saúde, articulados com outros serviços do município.

Nesse ano é também realizado um Fórum Interinstitucional que discutiu o uso abusivo de solventes (loló) e o reconhecimento de que é a droga mais utilizada por crianças e adolescentes em situação de rua.

Dessa forma, criou-se o Programa de Atenção Integral a Crianças e Adolescentes Usuários de Substâncias Psico-ativas (PAICAUSPA), tendo como tarefa inicial priorizar ações focadas no uso abusivo de substâncias psicoativas. Contudo, em seu processo de consolidação realizou-se o debate do que veio a ser um enfrentamento numa escala maior: a exclusão social e o conjunto de ações a serem executadas, de maneira articulada, pelas políticas sociais. Em 2001, esse programa passou a ser nomeado como Programa Municipal de Atenção Integral a Crianças e Adolescentes em Situação de Rua, já que não se fazia mais necessário ressaltar no nome “usuário de substâncias psicoativas”, pois já existia um serviço que atendia a tal necessidade. O programa passa, então, a ter o desafio de ser um sistema de inclusão de crianças e adolescentes em situação de rua para a cidade.

É nessa época que o Unicef passa a subsidiar vários programas da Prefeitura, repassando recursos financeiros para alguns projetos como: Bolsa-Família, Bolsa-Adolescente (1998), Capacitação Continuada, Leitos para Adolescentes, Comunicação, Assessoria e Avaliação.

Em 1999, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul organiza o Fórum Metropolitano para articular ações de enfrentamento à situação de rua e drogadição na região da Grande Porto Alegre. Realiza-se, ainda, o I Seminário de Enfrentamento à Situação de Rua e de Drogadição, organizado pela Rede de Proteção Especial do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA).

Em 2000, também se instalam diversos espaços de atendimento: a Casa de Acolhimento, um abrigo para crianças e jovens em situação de rua vinculado à Assistência

Social; a Casa Harmonia, um espaço de tratamento da drogadição, coordenado pela Secretaria Municipal da Saúde; o Acolhimento Noturno, um espaço de pernoite para adolescentes com história de vida na rua.

Em 2001, começam a ser implantadas oficinas culturais e esportivas como apoio ao Serviço de Educação Social de Rua e são realizadas oficinas no I Fórum Social Mundial. Já em 2002, são realizadas oficinas no II Fórum Social Mundial com a participação de vários adolescentes. Ocorre também o II Fórum Estadual da Rua. O PAICA-RUA realizou um diagnóstico quantitativo da população de rua infanto-juvenil e identificou 176 meninos e meninas que moram nas ruas em um total de 452 crianças e adolescentes que se encontram nas ruas da cidade, ou seja, 276 crianças ainda retornavam para casa em algum período do dia, enquanto 176 não retornavam mais. A tabela 2 apresenta fazemos um comparativo dos dados de 2001 até 2007:

Tabela 2. Comparativo de crianças e adolescentes encontrados nas ruas de Porto Alegre (2001-2007)

ANO	Crianças e adolescentes encontrados nas ruas de Porto Alegre – Absoluto						2007
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	
Total	338	461	400	449	593	611	1515

Fonte: FASC/Serviço de Educação Social de Rua.

Tabela 3. Comparativo entre Porto Alegre, Grande Porto Alegre e outros Estados em função do número de crianças e adolescentes encontrados nas ruas de Porto Alegre entre 2001-2002

Região de Origem	Crianças e adolescentes encontrados nas ruas de Porto Alegre			
	Absoluto		(%)	
	2001	2002	2001	2002
Porto Alegre	338	461	73,7	81,0
Grande Porto Alegre e outros Estados	79	164	26,3	19,0
Total	417	625	100,0	100,0

Fonte: FASC/Serviço de Educação Social de Rua.

A partir do ano de 2005 são fornecidos dados mais detalhados no que diz respeito ao

gênero, à faixa etária e ao número de abordagens de crianças ou adolescentes pela primeira vez em situação de rua:

Tabela 4. Crianças e adolescentes encontrados nas ruas de Porto Alegre por gênero (2005)

SEXO	ABSOLUTO	%
Feminino	171	28,84
Masculino	422	71,16
TOTAL	593	100,0

Fonte: FASC/Serviço de Educação Social de Rua.

Os dados da tabela 4 demonstram-nos que a maior parte das crianças e dos adolescentes encontrados nas ruas de Porto Alegre é do sexo masculino (71,16%). Com relação à faixa etária, a tabela 5 indica que 52,11% das crianças e dos jovens encontrados nas ruas de Porto Alegre têm entre 12 e 18 anos. No entanto, percebemos que há pouca diferença entre o percentual de adolescentes e o de crianças que também é alto (44,85%).

Tabela 5. Crianças, adolescentes e jovens adultos encontrados nas ruas de Porto Alegre (2005)

	ABSOLUTO	%
Criança	266	44,85
Adolescente	309	52,11
Jovem Adulto	18	3,04
Total	593	100,0

Fonte: FASC/Serviço de Educação Social de Rua.

No que se refere aos dados de novos casos de crianças e adolescentes encontrados nas ruas de Porto Alegre a cada ano, percebemos que há um aumento significativo. Em 2005 Porto Alegre registrou que, além das 449 crianças e adolescentes que já ficavam nas ruas em 2004, mais 144 passaram a ficar nas ruas em 2005.

Tabela 6. Crianças e adolescentes encontrados pela primeira vez nas ruas de Porto Alegre (2005)

SEXO	ABSOLUTO	%
Feminino	47	32,64
Masculino	97	67,36
Total	144	100,0

Fonte: FASC/Serviço de Educação Social de Rua

Ainda em 2004, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), atendendo ao projeto da Fasc intitulado Atenção Integral à Criança e ao Adolescente em situação de Risco Social da Grande Porto Alegre, realizou a pesquisa Perfis e Mundo das Crianças e Adolescentes em Situação de Rua Grande Porto Alegre. Essa pesquisa trouxe vários dados que são apresentados a seguir.

O número de crianças e adolescentes encontrados nas sete cidades pesquisadas da Grande Porto Alegre (GRANPAL) foi de 825, sendo que 79% são do sexo masculino e 21% do feminino. Porto Alegre representa maior incidência do sexo feminino (23,7%).

Quando analisados por faixa etária, percebemos que a maior incidência está na faixa dos 12 aos 14 anos (31,7%) e dos 15 aos 18 anos (32,7%), com um índice mais baixo de crianças de 7 a 11 anos (26,5%). A menor incidência está na faixa dos 0 aos 6 anos (8,3%). As crianças, em número significativo de 0 a 6 anos (8,3%) que se encontram em situação de rua, na maioria dos casos, indica que estão acompanhadas de uma pessoa adulta.

O motivo pelo qual ocorreu a saída de casa para a rua para os que ainda têm a rua como local de sobrevivência, foi fugir de um ambiente hostil, considerado insuportável entre os que têm de 7 a 11 anos (51,9%) e entre os que têm de 12 a 14 anos (24,4%). Também há os que passaram a viver nas ruas quando tinham menos de 7 anos (15,3%).

Quanto ao tempo em que crianças e adolescentes estão vivendo nas ruas, alguns estão há menos de um ano (12,7%), outros estão na rua por um período entre 9 e 15 anos (10,1%) e

mais da metade deles estão vivendo nas ruas há menos de 4 anos (57%) como vemos na tabela 7.

Tabela 7. Tempo que está na rua*

Tempo em anos	Porto Alegre
Há menos de 1 ano	12,7
De 1 a 2 anos	18,0
De 2 a 3 anos	11,1
De 3 a 4 anos	15,3
De 4 a 6 anos	15,3
De 6 a 9 anos	11,1
De 9 a 15 anos	10,1
Não sabe	3,7
Não respondeu	2,6
Total	100

Fonte: Perfil/mundo das crianças e adolescentes em situação de rua (GRANPAL, agosto 2004).

Os dados apresentados demonstram uma situação de permanência e não de transitoriedade. Preocupa-nos que o processo de ida para a rua não tenha sido controlado, uma vez que muitas crianças e adolescentes estão vivendo nela há menos de um ano (13%).

Os principais motivos apontados para ingressar nas ruas são para ajudar a família (48%), porque gosta ou por opção (21,2%) e como fuga de maus-tratos na família (8,5%). Quanto à raça, as crianças e os jovens foram identificados como brancos (32%), como negros (29,7%) e como pardos (35,6%).

Com relação ao local de residência do pai, os dados demonstram que há uma discordância com o local de residência da mãe. Para alguns (16,9%), o pai é falecido, desconhecido ou ignorado. Da grande maioria que respondeu ter mãe (94,4%), muitos

disseram que ela faz parte de sua família (81,5%). Daqueles que disseram ter pai (77,4%), menos da metade o considera como membro de sua família (48,8%). Dos que disseram ter irmãos (98,8%), muitos moram com os eles (73,4%) e outros os consideram como membro da família (77,4%).

Vários moram com o pai ou padrasto (57,3%) e com a mãe (69,8%). Avós (29%), tios (29%), primos (17,3%), cunhados (2,4), padrinhos (2%) e amigos (1,6%) também foram citados como membros da família. A convivência na rua ocorre mais com companheiros ou amigos (40,7%) ou irmãos (25,4%) considerados pessoas de confiança. Há ainda os que convivem com os pais (15,3%) e os que passam a maior parte do tempo sozinhos (13,7%).

Os locais onde dormem correspondem a casa ou família (77,8%) e aos *mocós*¹⁶ (11,7%) ou abrigos (7,7%). Os motivos que levam os que não retornam para casa a dormirem na rua são não querer (21,3%), não ter transporte ou dinheiro para pagá-lo (14,9%), sentir-se maltratado em casa (14,9%) ou gostar da rua (11,5%).

No que se refere à escolarização, há uma alta taxa de crianças e adolescentes que não estão freqüentando-a (31,7%), sendo que (3,5%) nunca a freqüentaram. Conforme aumenta a idade, diminui a freqüência à escola. Entre as crianças de 7 a 11 anos, muitas disseram freqüentar a escola (84,4%), enquanto entre os jovens de 15 e 18 anos esse índice se reduz a menos da metade (41,7%). Alguns afirmam que vão à escola todos os dias (58,7%).

Por último é interessante salientar que a maioria dos entrevistados disse não se considerar meninos/as de rua (73,1%). Este resultado é interessante e pode representar a falta de sintonia de educadores e especialistas do tema, que insistem na utilização da expressão, em relação à rejeição do estigma por parte de crianças e jovens que se encontram em situação de rua.

¹⁶ Mocó é uma expressão êmica usada para designar esconderijo e/ou moradias irregulares.

Em abril de 2007, o serviço de abordagem de rua de Porto Alegre, antes denominado SESRUA, passou por uma reformulação, recebendo agora a denominação de Ação Rua. Constituído por 11 núcleos, distribuídos em diferentes regiões da cidade e divididos por bairros, o Ação Rua, pretende que as equipes de educadores de cada núcleo realizem abordagens já na região de origem das crianças e dos jovens em situação de rua.

Com os dados apresentados e as reflexões realizadas ao longo dos capítulos anteriores, percebemos que a situação de rua de crianças e jovens no Brasil ainda requer muita atenção e preocupação.

5. TRAJETÓRIAS DE VIDA E CIRCUITOS URBANOS

5.1. G.

O jovem G. nasceu em 1988 e está com 19 anos. Não há como dizer que provenha de um determinado bairro, pois, como é característico do histórico de crianças e jovens oriundos de classes de baixa renda, sua família já morou em vários lugares. Gregori (1993) constatou um alto grau de instabilidade nessas famílias e destacou o fato de que elas já estão estavam constantemente se deslocando por problemas de moradia, trabalho, etc., razão pela qual muitas crianças acabam circulando entre os parentes ou sendo criadas por pessoas que não os pais.

G. é o terceiro filho de uma família de onze irmãos. Até há pouco tempo, o jovem estava morando em uma república para jovens adultos em Porto Alegre. Estuda na Escola Porto Alegre (EPA) durante todo o dia, cursa a 3^a série do ensino fundamental pela manhã e frequenta uma oficina de papel reciclado à tarde.

Segundo histórico institucional, G. ficou doente com 6 meses de idade e foi abandonado pela mãe em um hospital de Porto Alegre. Morou até os 5 anos, aproximadamente, em uma instituição da FEBEM quando então voltou para a casa da mãe, onde residia com ela, os irmãos e o padrasto. Segundo ele, o padrasto agredia a ele e seu irmão mais velho. Como a mãe não se posicionava para defendê-los, aos 9 anos, G. e o irmão começaram a fugir de casa e, ao invés de irem para a escola, onde G. estava na 1^a série do ensino fundamental, iam pedir no centro da cidade de Viamão:

“ É que é o seguinte, a minha mãe morava com o meu padrasto e aí ele bebia e batia em mim e no J. Aí quando eu era pequeno, eu morava em Viamão, aí eu fugia *pro*

centro de Viamão e ficava sempre lá. A gente morava no Ipê aí a minha mãe conheceu o meu padrasto e foi morar lá no Monte Alegre. Aí a minha mãe começou a brigar com ele porque ele batia em *nóis* e ela não gostava, aí ela pegô e *zarpô*".¹⁷

A partir daí, G. já não frequenta mais a escola e cada vez menos retorna para casa. Depois de já algum tempo na rua, começa a frequentar a casa de uma senhora que ele chama de "madrinha", mas não consegue vincular-se a ela e acaba retornando para a rua. Ainda com 9 anos, através de uma ação do conselho tutelar, passa a morar em um abrigo onde vive até os 12 anos. Como o abrigo onde morava destinava-se a crianças e adolescentes cujas famílias fossem oriundas de Viamão, G. não pôde permanecer, pois sua mãe morava em Porto Alegre.

Ao sair do abrigo, passou a viver nas ruas novamente, só que, dessa vez, nas ruas de Porto Alegre. Nesta época, começa, então, a utilizar drogas como os solventes, os quais utiliza até os dias de hoje: "*Aí eu comecei a 'fugi' todo dia, comecei a fumá, a usá droga, usava loló. Eu fugia aqui pro centro, eu e o meu irmão. Às vezes só eu, porque eu gostava mais de 'fugi'. Saía pro 'coléjo' e largava*". Após várias tentativas institucionais de retorno para casa, G. não consegue fixar-se em nenhum local. A mãe, mesmo participando de um Programa de Apoio e Proteção Familiar, não consegue organizar-se. G. começa a ir aos finais de semana para a casa da mãe, mas logo diz que não irá mais porque a mãe grita o tempo todo. Depois desse período de visitas à mãe, o menino passa a viver quase que exclusivamente nas ruas por aproximadamente dois anos. Com 16 anos, começa a frequentar novamente um albergue para jovens e a EPA. Quando completa 18 anos, passa a morar em uma república para jovens, onde não consegue permanecer por muito tempo, voltando a dormir nas ruas onde têm fica atualmente.

Quando questionado sobre o motivo que o levou a ir viver nas ruas G., é enfático em dizer que foi por causa das atitudes da mãe:

¹⁷ Adotei o seguinte critério para a transcrição dos relatos feitos pelos entrevistados: uso de aspas para indicar que trata-se da fala e uso itálico para respeitar o modo de se expressar de cada um dos sujeitos, sendo fiel à sua realidade lingüística. Além disso, a adoção desse critério tem a finalidade de evitar possíveis ambigüidades em relação às citações bibliográficas feitas ao longo do trabalho.

“Ela era tri, só que ela bebia né meu? Tomava vinho, bebia pra c.... Eu gosto dela, né meu, mas o que ela fez pra mim, por causa do meu padrasto, que na frente dela ele não fazia nada, aí depois que ela foi vê o que ele fazia, aí não adianta mais. Agora ele tá preso né, tá no presídio e sem querer falar assim...bem dizê foi culpa dela né, de eu fugi de casa. Porque ela via um monte de coisa errada e ela *dexava*, né meu, *dexava* isso *acontecê*, aí eu falava isso pra ela: agora não adianta mais, agora eu já tô na rua, os cara que tão na rua querem se *ajudá*, agora não adianta mais e eu falei pra ela. Porque a minha vó disse ‘fica em casa, eu vô te dá de tudo’ aí eu disse que eu não tinha que *ficá* dependendo dela e nem da minha mãe porque eu tô vivendo na rua eu tô lutando, né meu? Tô procurando meus bagulho”.

Para ele:

“Eu queria algumas *coisa* que eu não conseguia, tipo assim *tê* a minha casa, o meu videogame, a minha tv, minha bicicleta, *tê* a minha *ropa* todos os *dia* assim, *tê* vários bagulho que nem os *otros* guri têm, tá ligada? Que nem o meus *primo* lá, eles tem de tudo, eles tem moradia, tem *ropa*, tem tudo, né meu, Meu, tem tudo que eles querem, tem estudo, tem escolaridade e eu não, eu se eu for pra lá eu *vô* fica como? o que *vô* *ficá* como um burro, né meu? Não sei *lê* nem *escrevê*, não tenho emprego nem nada, não trabalho, sem *falá* que eu *vô* *te* que *ficá* dependendo da minha mãe e eu não *vô* *ficá* em casa lá dependendo da minha mãe”.

Segundo Melucci (2005, p. 28-29):

Inicialmente os processos de individualização das sociedades complexas tendem a criar condições de autonomia para os sujeitos individuais. Os indivíduos são abastecidos de recursos para conceberem-se e para agirem como sujeitos autônomos da ação.

G. vê a entrada na maioridade de forma tranqüila e até com uma certa motivação, para ele “*‘sê’ de maior é mais responsável*”. Quando questionado sobre o período em que viveu nas ruas, chamou-nos a atenção o fato de ele avaliar que, mesmo morando em uma república, ainda considera estar morando na rua: “*Fiquei na rua dos 9 até os 19, ‘tô’ ainda na rua...*” Diante dessa afirmação, questionei, então: “*Mas tu tá na rua ainda?*” Ao que ele alegou: “*Não, na rua não, ‘tô’ morando na república, mas não tenho casa. Mas bem ‘dizê’ na rua porque eu tô fora de casa, né?*”

O segundo dia de entrevista foi particularmente difícil. G. não queria conversar, ou pelo menos falar sobre os assuntos que havíamos falado da última vez. Na primeira entrevista, ele falou bastante e não se mostrou arredio como nas outras. Depois da primeira entrevista, todos os dias em que eu combinava com ele para a entrevista e chegava à escola ele dizia que

naquele dia não podia, ou porque teria de ser em outro horário, ou porque estava com muito trabalho, ou porque estava com sono. Então resolvi dar-lhe umas duas semanas de “folga”. Ia à escola e conversava com os outros meninos e parei de insistir para que conversasse comigo. Aos poucos, ele começou a puxar assunto comigo e a perguntar se não continuaríamos as entrevistas.

A mãe de G. mora na Vila Ipê II, uma vila popular de casas simples, juntamente com outras famílias, em um prédio abandonado onde funcionava um posto policial. Sua mãe reside somente com três de seus onze filhos. A mãe de G. além da Vila Ipê II também já morou na cidade de Viamão, que pertence à região metropolitana de Porto Alegre. Seu pai mora em uma praia do Rio Grande do Sul:

“Ele nunca deu assistência pra nenhum dos filhos. Na realidade eu não acho nada porque eu tenho é que seguir a minha vida, tô seguindo a minha vida em diante, né meu? Porque quando eu crescer na vida eu vô lá na minha mãe e ela vai vê que eu não tô robando, não tô me drogando, que eu tô seguindo o meu caminho, porque se eu ficá em casa, se eu dependê da minha mãe ou da minha família não tem nada pra mim. A minha mãe sempre foi faxinera, limpava a casa da patroa dela e cuidava de criança. Eu até tinha as coisa dentro de casa, mas eu saí de casa por *otros* bagulho.”

5.2. D.

D. nasceu em uma cidade do interior do Rio Grande do Sul. Em 2007, completou 17 anos. Tem um histórico familiar bastante parecido com os dos outros meninos que vivem nas ruas e é filho de pais envolvidos com drogas. Segundo relato, ele e os irmãos vivem pelas ruas desde crianças. A mãe, alegando não ter condições de cuidar dos filhos, pediu para outras pessoas que os criassem. É filho de uma família de nove irmãos. Sua mãe ficou cega desde a última gravidez e faleceu recentemente. O pai é usuário de drogas e alcoólatra: “*Ninguém*

conseguia ‘ficá’ em casa porque o nosso pai usa droga, usa droga e bebe é, por isso, que a gente não fica lá”.

Quando tinha 4 anos, o menino sofreu uma queimadura com óleo de uma frigideira. Ficou três meses internado em um hospital de Caxias do Sul até que veio a Porto Alegre para fazer uma cirurgia de reparação. A cirurgia não foi feita, e D. passou a residir com uma tia em Porto Alegre. Essa tia era casada, mas não tinha filhos. Ela já cuidava de uma das irmãs de D. Com 7 anos, começou a ir à escola que freqüentou até a 5ª série do ensino fundamental. Quando tinha 12 anos, começou a fugir de casa, usar drogas e envolver-se em furtos e roubos. Depois de algum tempo nas ruas, foi abrigado em uma Casa de Acolhimento. Num primeiro momento, omitiu informações sobre seu histórico e seu nome, criando um outro nome para que seus familiares não fossem localizados. Porém, não demorou muito para se envolver em outro roubo e ter de contar qual era o seu verdadeiro nome. Foi levado para casa, mas diz que não permanece porque o marido de sua tia o agride após o retorno das fugas de casa e, por isso, não permanece lá:

“Daí eu comecei a *fugi* de casa, ia pra rua, fugia, voltava, na real eu fugia, dormia na casa dos *amigo* da vila mesmo e voltava, aí quando eu voltava meu padrinho me batia e eu não gostava, ficava com medo de *voltá*, aí eu fugia e ficava na rua, não voltava mais. Daí eles iam me *procurá*, daí assim eu voltava. *Por causa* que ele sempre foi grosso assim, sabe”.

Quando as entrevistas para a realização deste trabalho foram feitas, D. estava freqüentando a Escola Porto Alegre durante o dia e dormindo em um albergue a noite. Na EPA, ele freqüenta as aulas do ensino regular pela manhã e a oficina de papel reciclado à tarde. D. demonstra grande preocupação e necessidade de parar de usar drogas excessivamente, pois alega que *“só que metade dos da antiga morreram por causa da droga ou não tão mais na rua...tão preso (...) há claro né meu porque eu não quero fica nêgo véio aí, morando na rua, as ‘pessoa fica’ na rua aí com os ‘filho’ debaixo da ponte”*. Devido ao uso de drogas, D. acabou envolvendo-se em roubos e foi diversas vezes para a Febem. Para

ele, é importante entreter-se em atividades na EPA: *“por isso é que eu venho aqui pro ‘coléjo’ porque se eu fico na rua fico pensando ‘bestera’ e eu fico aqui e tenho comida. E quando eu usava droga a fu mesmo nunca me sobrava dinheiro pra ‘comprá ropa’, nunca tava com ‘ropa’ boa, sempre rasgada porque as boa eu vendia pra ‘usá’ droga”*.

Para D. o “estar na rua” tem representado um fato que traz más lembranças: *“não é bom né, mas só que quando eu era pequeno eu quis ‘escolhê’ a rua né, aí eu fiquei na rua (...)”*. Questionei, então, se essa seria uma escolha que faria hoje em dia: *“Não por causa das droga e por causa também que depois que o cara vem pra rua o cara perde muitas ‘coisa’, uns perdem a família outros até a vida, os ‘brigadiano’ ficam se arriando no cara, batem(...)”*. Assim como os outros meninos que participaram de nossas entrevistas D. também vê a família como um fator determinante para a felicidade.

Ele tem a esperança de em breve começar a exercer a função de jardineiro na Câmara de Vereadores de Porto Alegre e aplicar os conhecimentos adquiridos em um curso feito recentemente: *“É, eu acharia legal né porque daí eu ia ‘trabalha’ ali e eu ia ‘mostrá pro’ meu padrinho pra ele ‘tê’ confiança, aí eu podia ‘volta’ pra casa. Eu até ‘tava’ pensando que eu podia ‘compra’ uma casa”*. Dias antes de concluir esta disseratação fui informada que D. já estava trabalhando no serviço de jardinagem como queria, mas tinha o risco de perder a vaga porque não estava cumprindo uma Prestação de Serviços Comunitários (PSC) nos fins-de-semana.

Todos os dias em que combinamos de realizar as entrevistas com D. ele se mostrou acessível e disponível para conversar. Ao longo das entrevistas, parecia refletir sobre sua vida. Um dia, em uma conversa informal, ressaltou que estava com medo de completar 18 anos porque, se os policiais já se “encarnavam” nele quando ainda era menor, imaginava como seria então ao entrar na maioridade.

5.3. L.

L. está morando atualmente em um casebre da Vila do Chocolatão, um conjunto de casebres localizado em um terreno ao lado de um prédio de cor marron da Receita Federal, daí o nome de “chocolatão”. Sua casa não possui esgoto. Os moradores sobrevivem da coleta e separação do lixo que é deixado exposto em montes sobre o solo.

L. está com 20 anos. Quando nasceu, sua mãe morava no bairro popular Umbú, do município de Alvorada, que fica na região metropolitana de Porto Alegre. Seu pai e sua mãe nunca viveram juntos e poucas vezes ele conviveu com o pai. É o filho mais velho de uma família de seis irmãos. Quando completou 7 anos, sua mãe saiu para trabalhar e nunca mais voltou. Ele e os irmãos acabaram ficando com uma tia que morava com eles e não tinha filhos. A tia, então, vendeu a casa em que moravam em Alvorada e veio morar em Porto Alegre com a avó de L.

Quando questionado sobre os motivos que o levaram a vir para a rua, diz que começou por curiosidade. Nessa época tinha 9 anos. Alega também que brigava muito com o namorado de sua irmã, o qual tentava mandar nele. Com 11 anos, começou a utilizar drogas: primeiro o inalante (loló) e depois maconha, cocaína e *crack*, mas diz que nunca se injetou. Já conseguiu parar de usá-las porque começou a ver os amigos morrerem: *“Quando eu vi que uns ‘amigo’ meu começaram a ‘morrê’ por causa disso, daí eu parei. Eles ficavam ‘magrinho’ assim e morriam. Eu me afastei do pessoal que usava e que me vendia”*. Mas ainda usa inalantes e cigarro de maconha: *“Quando eu fumo o meu cigarro eu me acalmo, aí vai pesando as ‘vista’ e daí eu durmo (...) Às ‘vez’ quando eu ‘chero’ eu fico com raiva, triste”*.

Tem passagem por vários abrigos de proteção continuada, mas nunca conseguiu permanecer muito tempo, no máximo dois meses em cada um, pois sempre acabava fugindo. Ao falar sobre o “estar na rua” ele se contradiz, porque ao mesmo tempo em que na rua “aprendeu as coisas como ser maduro e ter confiança nas pessoas” diz que “a rua não é lugar pra ninguém (...) Quem tá na rua é irresponsável, agora eu ‘sô’ responsável porque eu sei o que eu faço e o que eu deixo de ‘fazê’. Os ‘curso’ que eu gosto, o diálogo com as ‘pessoa boa’, isso ‘influenciô’ a minha auto-estima pra melhor”.

Nos últimos anos, fez vários cursos de capacitação, como de radialista, informática e de papel reciclado. Fez também cursos de vela e escalada. Atualmente, está fazendo o curso de garçom. Quando questionado sobre o que aprendeu com os cursos, responde que aprendeu a nadar, a não ter medo de altura, a sentir-se mais seguro e a cuidar da natureza:

“Uma das *coisa* que eu aprendi com os *curso* foi a não *tê* medo da água. E no curso de papel...cada curso, assim, que eu fiz eu aprendi uma coisa diferente né, o de *veleja* eu aprendi a não *tê* medo, o de papel eu aprendi a *cuidá* da natureza e *sabê* que as *folha* de papel tem como a gente *aproveitá*, os *papel* que jogam no lixo e a informática assim, me *ensinô* que tem o bem e que tem o mal né, de repente eu posso...o que eu pretendo é chegar no nível do haquer, mas tem haquer assim que desvia dinheiro ou *roba* dinheiro que *baxa* um programa pra *roba dinheiro* do pessoal, mas eu quero *sê* um haquer assim do bem né, uma pessoa assim profissional (...) depois que eu fiz o curso de informática eu me sinto mais seguro né, tanto como professor tanto como aluno. Eu ajudo meus *colega*, faço a digitação de texto, ajudo quando tem que *salva* um arquivo ou quando tem algum arquivo salvo no meu pendrive.”

Além do curso de garçom, está trabalhando à tarde e à noite na reciclagem de materiais. Preocupa-se com o futuro, pois quer construir uma família e ajudar os irmãos menores. Está preocupado, em especial, com a “dificuldade” dos 20 anos, pois “*tem que ter conhecimento da vida para conviver com os outros e se mostrar adulto*”. Para ele, há vantagens em se completar 18 anos: aprender a assinar cheque, abrir uma conta em um banco, ter carteira de motorista:

“Com 18 muda a ‘estatística’ assim da pessoa, a gente fica mais maduro não é mais aquele guri de 15, 16 *ano* porque agora a gente já tem idade pra *aprendê* a *assiná* um cheque, *abri* uma conta ou *dirigi* um carro, *fazê* *cartera* de motorista. Eu *vô* *abri*

uma conta agora no Banrisul, se eu não acha o meu cartão da *caxa, da caxa* federal eu *vô tê* que abri uma conta no Banrisul. Eu tinha essa conta na *caxa* por causa da bolsa do Pró-Jovem e agora eu tenho a bolsa de R\$ 200,00 do Jovem Adulto ¹⁸”.

L. acredita que o mundo do trabalho “*vai significá uma grande coisa, eu vô saí ‘daonde’ eu vim né, novos amigos, novas amizades*”. Dessa forma, vê a iniciação no trabalho como um fator positivo em sua vida.

Tanto ele como os outros jovens que participaram das entrevistas ressaltaram a importância da família na vida das pessoas. Para L: “*família é a mesma coisa que escola. Onde um falha na família todos falham (...) briga de família. Desanda tudo. Gera desunião*”.

L. é portador do HIV. Ele descobriu ter o vírus há mais ou menos 2 anos, quando foi doar sangue, embora os exames anteriores tivessem sido negativos. Durante um bom tempo antes de descobrir que tinha o vírus, vários meninos de seu grupo de convivência disseram que ele estava se prostituindo num local bastante conhecido de Porto Alegre. Em algumas conversas informais, perguntei para L. se ele já havia “se injetado” e ele disse que nunca havia feito isso porque tinha medo de agulha. Com isso, depois das entrevistas e dessas conversas, cheguei à conclusão de que realmente se prostituía e provavelmente tenha se contaminado durante esse período.

5.4. R.

R. nasceu em outubro de 1989. Em 2007, completou 18 anos. Provém de um bairro da zona norte de Porto Alegre. Reside com a avó desde pequeno juntamente com uma prima e um de seus irmãos. Quando tinha 11 anos, sua mãe, que morava em outra cidade, veio morar

¹⁸ A Bolsa Jovem Adulto é a concessão de uma bolsa-auxílio por um período de 12 meses para jovens egressos dos serviços da prefeitura de Porto Alegre com mais de 18 anos e trajetória de vida na rua. Visa a contribuir para a garantia da continuidade do processo de escolarização, geração de renda e construção de um projeto de vida autônomo.

em Porto Alegre e, então, R. passou a residir com ela: *“Daí eu fui morá com ela, mas eu não tinha com ela o mesmo relacionamento que eu tinha com a minha vó. (...) Daí foi que eu comecei a ficar mais solto a rua e quando vê eu já tava fumando cigarro, faltando à escola, aí eu me afastei de tudo”*.

R. tem mais seis irmãos. Nunca conheceu seu pai biológico, pois foi o padrasto quem o registrou: *“Porquê o meu pai ‘verdadero’ não me registrô, entendeu, que nem o outro, porque eu não faria isso com um filho meu”*. Com a mãe, que tem filhos de vários relacionamentos, estão vivendo somente dois de seus sete filhos. R. diz que os outros estão vivendo em abrigos, com os respectivos pais ou já tem mais de 18 anos.

Diz que, quando foi morar com a mãe, começou a fumar cigarro, depois maconha e, por fim, *crack*. Fugiu de casa e ficava na rua ou na casa de amigos. Depois começou a traficar e roubar no próprio bairro onde morava. Com 15 anos, praticou um assalto em um mercado e, após ter ido uma vez para a FASE, por um de seus roubos, foi internado em um Centro de Recuperação da Igreja Universal para dependentes químicos. Em outra situação, já havia cumprido Prestação de Serviços à Comunidade (PSC).

Ficou no Centro de Recuperação por 2 anos e 9 meses e, quando saiu, teve de voltar para as ruas, porque não podia mais aparecer no bairro onde morava por ter sido ameaçado de morte na época em que praticava os roubos por lá: *“Eu robei três ‘comércio’ lá perto da minha casa, aí eu não posso ‘volta’ a morar lá porque vamos e viemos que eu volto a mora lá e ‘robam’ de novo, o cara vai achá que fui eu. Há é tri difícil o cara tá sozinho assim(...)”*.

Quando fizemos as entrevistas para esta pesquisa, R. estava freqüentando uma oficina para formação de padeiro e a Escola Porto Alegre na 4^a série do ensino fundamental. Retrocedeu, já que no tempo que passou no Centro de Recuperação não estudou. À noite, dormia no Acolhimento Noturno e, nos finais de semana, freqüentava as atividades oferecidas

pela Igreja Universal.

Diz também que não quer voltar a roubar porque *“isso não é vida pra ninguém”*. Quer ir morar em uma República para jovens e trabalhar, se possível, de vigilante. Para ele, completar 18 anos é um momento de refletir –*“o que eu fiz de bom?”*– porque não vê resultados positivos naquilo que fez. Além de ficar com mais responsabilidade, é preciso cumprir com prazos e obrigações. Pensa ainda em fazer documentos que nunca teve, como a carteira de identidade.

Atualmente, ele não tem tido notícias da família, mas gostaria que a mãe e a avó viessem visitá-lo, já que não pode ir vê-las: *“Eu acho que seria uma coisa muito fácil se elas me ajudassem né? Se elas quisessem me ‘vê’ elas já teriam me procurado”*.

5.5. Como era sua família?

G. morava com a mãe e os irmãos, e em alguns momentos, com companheiros de sua mãe. Seu pai não morava com eles, nem os visitava: *“Eu morava com a minha mãe antes né, com minha mãe e com os meus irmãos: J., G. e com o J.M.”*. A mãe teve os filhos de vários relacionamentos: *“Conheci ele (o pai) uma vez que ele foi lá em casa leva o J., que o J. morava lá com ele, que ele também é filho do meu pai. Os meus outros irmãos são de outros ‘cara’”*. O pai de G. nunca pagou pensão alimentícia para nenhum dos filhos: *“Ele nunca deu assistência pra nenhum dos filhos”*. Repetindo uma prática comum nas famílias de baixa renda, G. foi morar com a avó: *“Aí eu pedi pra ‘morá’ com a minha vó, porque a minha vó queria ‘cuidá’ dos ‘neto’”*. Declara ter um bom relacionamento com a avó materna, a que conheceu:

“A minha vó é tri porque a vó é a segunda mãe do cara, que nem a madrinha que é a segunda mãe também, e a vó é mais porque é da família é do sangue do cara né meu, por isso que ela é a segunda mãe também, e quando eu *chêgo* lá ela me dá os bagulho pra eu *comê* assim, sempre fala que é pra mim *comê* ‘vai lá *comprá* pão pra ti *tomá* café’, sempre me dá uma *rôpa*, uma camisa e fala ‘porque não vem *morá* com *nóis* aqui?’”.

A família de D. também era numerosa (oito irmãos), mas todos eram filhos da mesma união. Quando ainda pequeno, D. também veio a residir com uma “madrinha” em Porto Alegre, a qual era irmã de sua mãe: “*Aí eu conheci a minha madrinha por causa que ela foi lá me ‘buscá’ né pra me ‘adotá’, porque ela é minha tia*”. Segundo ele, essa madrinha não tem filhos biológicos e:

“Já tinha *pegado* a minha irmã, porque quando a minha irmã nasceu minha mãe não queria ela, daí a minha mãe ia dá a minha irmã, só que aí a minha madrinha viu que ela ia dá e pegou pra *criá* e ela tá com ela até hoje, a minha irmã já tá com uns 20 e poucos anos, já tem até um filinho e mora com a minha madrinha até hoje, ela tem o marido dela, na verdade o segundo marido, porque o primeiro morreu, daí ela *arrumô* outro e agora tá grávida desse.”

Ele e a madrinha tem um bom relacionamento, apesar de ele alegar que não se dá bem com o marido da madrinha:

“Sim, porque a minha madrinha sempre...já conhece porque ela é da família e ela já conhece como é que é lá, daí ela sempre me entendeu, quando eu ligo sabe? ela sempre me atende e o meu padrinho, quando ele atende, ele desliga.”

A família de L. tem histórico parecido com a dos outros: “*Eu morava lá na Alvorada, no Úmbu, lá com a minha mãe, aí a gente foi morá lá na casa da minha tia*”. Tem seis irmãos. O pai não morava com eles. O cunhado, namorado de uma das irmãs era quem tentava ser a imagem masculina da casa, mas esta não foi uma tentativa bem aceita por L.:

“É que naquele tempo minha mãe e meu pai não se davam muito e eu não me dava muito com o meu cunhado, o namorado da minha irmã, a gente brigava muito, eu não era bem educado, eu era adolescente, mas hoje nós já *somo* adulto. Porque ele queria *mandá* na gente, queria *fazê* as *coisa* e que a gente *baxasse* a cabeça, mas um dia eu pensei que ele ia vim e eu não ia aceitá *vô tê* que *fazê* alguma coisa, porque ele tinha uma maldade.”

L. conta que ainda pequeno também passou a morar com a tia, que não tinha filhos, e a avó materna: “*A minha mãe largô a gente com a minha tia quando eu tinha 7 ‘ano’, ela foi*

pro serviço e não ‘voltô’ e a minha tia não tem ‘filho’ (...) Minha tia saiu de Alvorada, vendeu a casa e veio ‘morá’ com a minha vó”.

A história de R. não é diferente, pois mora com a avó desde pequeno: *“Eu morava com a minha vó, minha vó foi quem me criou desde pequeno”.* Ele nunca conheceu o pai biológico, somente o padrasto, que foi quem o registrou: *“O meu pai eu não conheço e a minha mãe morava em outro lugar. A minha vó ‘criô’ eu, minha prima e meu outro irmão”.* Só passou a morar com a mãe aos 11 anos, quando ela veio morar em Porto Alegre. No entanto, R. atribui o início de seu interesse pela rua a partir desse período: *“Daí eu comecei a ‘morá’ com ela só que ela não me tratava que nem a minha vó. Tipo, se eu faltasse o ‘coléjo’ a minha vó me batia, me ‘dexava’ de castigo ou me xingava e a minha mãe nem se importava, tanto faz (...) Porque ela nunca se ‘preocupô’ e a minha vó sempre corria atrás de mim, mas eu não dava bola”.*

R. também tem seis irmãos. Atualmente, não tem conhecimento de como está sua família e pondera: *“Se eles quisessem me ‘vê’ eles já teriam me procurado. Eles cortaram até o telefone pra mim não ‘ligá’ mais pra lá. (...) Eu ligo pra lá e dá número inexistente”.* Também não teve muita convivência com o padrasto e fala do difícil relacionamento com a mãe:

“Porque ele só vinha em véspera de alguma coisa, no natal tipo assim, aí ele ficô de vim no ano novo, só que ele não veio, aí depois eu nunca mais vi ele. Se eu soubesse onde ele trabalha eu ia lá falá com ele. E ainda quando ele ia lá em casa ele ficava num bar, ele gostava de ficar do jeito que ele quisesse, era num bar ele tomando a cerveja dele e a gente tomando refri, tava sempre chapado, mas esse é o pai que me registrô porque o meu pai biológico eu nunca conheci (...) Porque a minha mãe achava que eu era doente, que eu tinha uma doença como é o nome, leucemia, aí ela me deu pra minha vó. Minha vó foi me buscá. E a minha mãe nunca me falô do meu pai. Às vez tava tudo bem, aí começava a bebe e discuti. Porque a maioria dos meus irmão nunca moraram com a gente, sempre iam embora com os pais.”

Podemos dizer que as famílias de G., D., L. e R. apresentam vários traços característicos das famílias de baixa renda: *“A sobrevivência dos grupos domésticos das mulheres ‘chefes de família’ é possibilitada pela mobilização cotidiana de uma rede familiar*

que ultrapassa os limites das casas” (Sarti, 1996, p. 68). Embora as mães desses jovens tenham tido vários companheiros, percebemos que foram sempre elas que permaneceram como adultos de referência da família. A partir daí: “O exercício dos papéis sexuais, nos casos em que se desfaz a relação conjugal, passa para a rede familiar mais ampla, mantendo o princípio da complementaridade de papéis, transferidos para fora do núcleo conjugal. Nesses casos, além dos familiares consangüíneos, tem papel importante a instituição do compadrio” (Sarti, 1996, p. 68). Isso fica evidente quando, a partir de uma certa idade, os jovens passam a residir com os avós ou padrinhos (op. cit., p.77):

Para entender o lugar das crianças nas famílias pobres é, mais uma vez, necessário diferenciar as famílias que cumpriram as etapas do seu desenvolvimento sem rupturas, em que os filhos tendem a se manter no mesmo núcleo familiar, e as que se desfizeram nesse caminho, alterando a ordenação da relação conjugal e a relação entre pais e filhos (...) Nos casos de instabilidade familiar, por separações e mortes, aliada à instabilidade econômica estrutural e ao fato de que não existem instituições públicas que substituam de forma eficaz as funções familiares, as crianças passam a não ser uma responsabilidade exclusiva da mãe ou do pai, mas de toda a rede de sociabilidade em que a família está envolvida..

Em novas uniões conjugais, quando há filhos de uniões anteriores, os direitos e deveres entre pais e filhos no grupo doméstico ficam abalados, na medida em que os filhos não são do mesmo pai e da mesma mãe, o que amplia essa rede para fora do núcleo familiar. Nessa situação, os conflitos entre pais e filhos e o novo cônjuge podem levar a mulher a optar por dar para criar seus filhos, ou alguns deles, ainda que temporariamente. As crianças são, então, confiadas a outra mulher, normalmente da rede consangüínea da mãe, como é o caso de D. e L.

Nos casos de separação, pode haver preferência da mãe pelo novo companheiro, como no caso de G., prevalecendo o laço conjugal, circunstancialmente mais forte do que o vínculo mãe-filhos. Uma nova união tem implicações na relação da mãe com os filhos da união anterior que expressam o conflito entre conjugalidade e maternidade. No entanto, a instabilidade familiar, embora seja um fator importante, não esgota o significado da

circulação de crianças, que pode acontecer mesmo em famílias que não se romperam.

5.6. Família

A família pode ser entendida como uma referência, a qual possui códigos de obrigações próprios, sendo também uma linguagem através da qual as pessoas traduzem o mundo onde vivem. Ao nascer, é a família que faz o elo de ligação entre o indivíduo e o mundo. É possível imaginar, então, como fica esse elo quando o sujeito não é bem vindo em uma família desde o seu nascimento. Muitas famílias de baixa renda não têm o que comer, moram em condições precárias, convivendo com os ratos, sem falar da total deficiência de saneamento básico. Nessas condições, uma pessoa a mais na família pode representar a privação de outros recursos: “Não ter o que comer, a fome, significa não apenas a brutal privação material, mas a privação da satisfação de dar de comer, que vem da realização de um valor moral”(Sarti, 1996, p. 62).

A maioria das famílias das quais provêm os meninos de rua são chefiadas por mulheres com pouca qualificação profissional e/ou com muitas crianças. Os relatos de nossos quatro jovens demonstram isso claramente. Este foi um dos pontos que mais me chamou atenção durante a realização da pesquisa: as histórias dos jovens, em certos momentos de suas vidas, pareciam repetir-se.

Estudos demonstram que existe uma forte relação entre pobreza e chefia feminina, uma vez que a pobreza afeta, via de regra, a moral e o papel de provedor do homem na família. Podemos dizer, então, que as famílias desfeitas são mais pobres e, num círculo vicioso, as famílias mais pobres desfazem-se mais facilmente. Lopes e Gottschalk (1990)

demonstram que as famílias chefiadas por mulheres estão numa situação estruturalmente mais precária, mais independente de variações conjunturais, quando comparadas com as famílias pobres, equivalentes no ciclo familiar, que têm chefe masculino presente, dadas as diferenças nas formas de inserção da mulher no mercado de trabalho.

Segundo Sarti (1996), percebe-se que, na maioria dos casos em que a mulher assume a responsabilidade econômica da família, ocorrem modificações importantes no jogo de relações de autoridade, e a mulher pode assumir efetivamente o papel masculino de “chefe” (de autoridade) e definir-se como tal. No entanto, o problema está em manter a dimensão do respeito, conferida pela presença masculina, tal como evidencia o relato de R.:

“Um *pôco* a minha mãe *falava* que não tinha condição de *criá* eles. Porque a minha vó sempre *batalhó*, ela *criô* três sem ajuda, sem nada, agora que ela tá tendo uma ajuda, mas antes ela não tinha. E eu acho que se ela tivesse como *criá* os *otros* filhos da minha mãe ela criava. Mas a minha mãe não tem sentimento pelos *filho* porque... porque dá pra outro cuida? Eu não tiro a razão dela, mas acho que se fosse eu, eu não dava.”

Quando as mulheres sustentam economicamente suas unidades domésticas, podem continuar designando, em algum nível, um “chefe” masculino. Entretanto, não é o que percebemos ter ocorrido com as famílias de nossos quatro jovens. Seus relatos chamam a atenção para as atitudes “relapsas” de suas mães:

“Porque quando eu crescer na vida eu vô lá na minha mãe e ela vai vê que eu não tô *robando*, não tô me drogando, que eu tô seguindo o meu caminho, porque se eu *ficá* em casa, se eu *dependê* da minha mãe ou da minha família não tem nada pra mim.”(G.)

Segundo Peralva (1997, p. 15), “escolarização e sentimento familiar se desenvolvem como dimensões complementares e contraditórias da experiência individual: por um lado, enviar a criança ao colégio traduz a atenção particular de que ela passa a ser objeto no seio da família”. Isso significa que, mesmo nos casos em que a mulher assume o papel de provedora, a identificação do homem com a autoridade moral, a que confere respeitabilidade à família, não necessariamente se altera. Para L., família é: “a mesma coisa que escola. Onde um falha

na família todos falham”.

Se a comunicação na rede de parentesco revela o papel crucial da mãe, conforme observa Woortmann (1987), isso não significa “centralidade” da mulher na família, mas o cumprimento de seu papel sexual, de mantenedora da unidade familiar, numa estrutura que não exclui o papel complementar masculino, deslocado para outros homens que não o pai.

Contudo, as relações com as figuras masculinas que permearam suas vidas sempre foram marcadas pela violência: o namorado de uma das irmãs de L. o agredia; o padrasto de G. agredia a ele e aos irmãos; o pai e o padrinho de D. eram violentos com os filhos e o padrasto de R. não lhes dava importância, numa espécie de violência desvelada (ignorar alguém). Segundo D.:

“ Eu só não tô em casa por causa do meu padrinho, por causa que ele é muito brabo, porque ele fala muita coisa assim, aí ele já se irrita, já começa a ‘querê’ briga (...) *desde pequeno sempre andando na rua aí, quando a gente voltava pra casa a gente já conhecia a maldade da rua, daí o meu pai vinha me batê e eu já não aceitava mais, tinha uns 8, 9 anos.*”

D. diz que a ele não interessa saber notícias dos pais. A meu ver, o fato de eles não trabalharem, viverem da mendicância, usarem drogas e não manifestarem interesse pelos filhos contribuiu para o desinteresse de D.

Percebemos, ainda, que em nenhum dos casos os jovens tiveram uma referência masculina positiva em suas vidas, seja de tios, seja de padrinhos ou avôs. Nos relatos, aparece-nos sempre a figura da avó, mas nunca a do avô, dado que indica ser muito provável que suas mães tiveram a mesma instabilidade conjugal que as avós.

5.7. Identidade

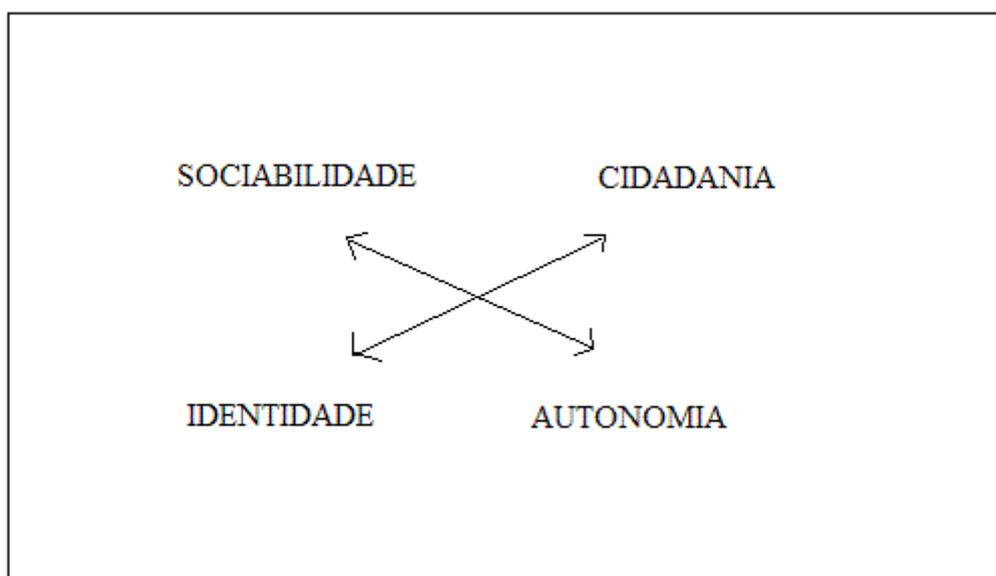


Figura 1. Socialização do sujeito

A Figura 1 ilustra que a sociabilidade influencia a construção da autonomia, assim como a constituição da cidadania influencia a construção e a reconstrução da identidade do sujeito. Além disso, o “ser cidadão” influencia a autonomia do sujeito, a sua sociabilidade e a construção de sua identidade. Todos os fatores se inter-relacionam e influenciam entre si.

A família é uma referência simbólica para a identidade dos sujeitos, especialmente para os pobres, tanto dentro quanto fora de casa. Segundo Sarti (Sarti, 1996, p. 22), “A família, pensada como uma ordem moral, constitui o espelho que reflete a imagem com a qual os pobres ordenam e dão sentido ao mundo social”. E a autora prossegue (op. cit., p. 52-53):

A família não é apenas o elo efetivo mais forte dos pobres, o núcleo da sua sobrevivência material e espiritual, o instrumento através do qual viabilizam seu modo de vida, mas é o próprio substrato de sua identidade social. Em poucas palavras, a família é uma questão ontológica para os pobres. Sua importância não é funcional, seu valor não é meramente instrumental, mas se refere à sua identidade de ser social e constitui a referência simbólica que estrutura sua explicação do mundo.

Estudos sobre os pobres urbanos ressaltam a importância da casa como referência

básica na constituição de sua identidade social. Assim, na (des)ordem da casa ou do corpo estariam as marcas dos moradores de rua.

Trabalhamos aqui com identidades sociais, ou seja, aquelas que são, por definição, identidades em movimento, definidas e redefinidas por contrastes: elas estão sempre se estruturando e reestruturando. É pela relação com o outro e em oposição ao outro que construímos nossa identidade.

Na sociedade capitalista urbana, convivemos diariamente com os apelos da sociedade de consumo – Consumo este que várias famílias de baixa renda não podem usufruir. Por viverem em um espaço repleto de apelos ao consumo, tornam-se expostos às aspirações e aos desejos que esse meio cria, podendo tornar-se insatisfeitos e frustrados. Assim, o trabalho e a família constituem as referências básicas através das quais os pobres constroem sua identidade social positivamente(Sarti, 1996, p.135):

Neste processo relacional que constitui a construção da identidade social dos pobres, no qual há identificação – pela necessidade de afirmação de um grupo de referência – e diferenciação – pela necessidade do contraste para sua definição positiva, a constante oposição, o contraste a que nos referimos, opera como um mecanismo estrutural. Não são, entretanto, os termos que se opõem, mas é a oposição que define os termos. Não é o bandido que se opõe ao trabalhador, o marginal ao homem de bem, a puta à mulher honesta, mas é a oposição que precede e define os termos, porque a oposição é constituinte desse processo relacional de construção de identidades sociais. Essa formulação diz respeito a uma análise estrutural

Existe uma pluralidade de referências que delimita a identidade social dos pobres urbanos, assim como uma lógica de oposições que corresponde a um mecanismo estrutural de construção de suas representações e de sua identidade social. Embora essa lógica de oposições, que preside as relações entre iguais, seja própria do processo de construção de identidades sociais, não sendo específica nem dos pobres nem da sociedade de classes em que vivem, transfigura-se, neste caso, num mecanismo que procura responder à particularidade de sua situação na sociedade desigual onde vivem. O processo relacional de construção de sua identidade social opera, então, como ideologia – noção que envolve relações desiguais de

poder, quando se trata da sociedade capitalista—, num mecanismo de relativização e de compensação por sua localização como “pobres” nessa sociedade.

Cabe, então, possibilitar às classes de baixa renda a constituição de uma identidade positiva e da noção de dignidade própria, oportunizando-lhes ainda a construção de uma identidade pessoal, de privacidade, individualidade e autonomia, não confundindo aqui individualidade com individualismo.

Pierre Bourdieu, acerca dos trabalhos que realizou na década de 1980 na França sobre a gênese do Estado e sua relação com os cidadãos e a economia dos bens simbólicos, escreve sobre os campos de produção da cultura trabalhando, entre outros assuntos, com as chamadas “marcas intelectuais”. Para ele, uma trajetória de vida é previsível de acordo com a origem social do indivíduo, que terá um “espaço de possíveis”. A pessoa orienta-se em direção a tais ou quais possibilidades oferecidas e, com frequência, de maneira inconsciente. Para o autor, há uma correspondência entre a hierarquia de posições e a hierarquia das origens sociais.

Considerando a noção de trajetória, Bourdieu reflete em seu texto sobre a ilusão biográfica acerca do nome próprio como fator constitutivo da identidade. Questionamos como fica, então, a constituição da identidade desses jovens que vivem nas ruas, muitas vezes sem sobrenome e nem mesmo um nome próprio. Para Bourdieu (1996, p.186):

Por essa forma inteiramente singular de nomenclatura que é o nome próprio, institui-se uma identidade social constante e durável, que garante a identidade do indivíduo biológico em todos os campos possíveis onde ele intervém como agente, isto é, em todas as suas histórias de vida possíveis.

Lemos (2002, p.49), acerca do trabalho que realizou com jovens moradores de rua de Porto Alegre, afirma que:

Assim, entre os codinomes e apelidos que adquirem na rua, o local em que se identificam aparece como um sobrenome. Tanto há quem assina “Jorge M.S.”, que não é sobrenome, mas quer dizer Morro Santana, quanto há o “Marcos da Praça XV”, a “Ritinha da Ponte”, o “Luizinho do Postão” (Posto de Saúde da Vila Cruzeiro) e o “Zeca City”.

O nome próprio seria a representação de uma individualidade biológica socialmente instituída, que permite ao seu portador uma constante através do tempo e uma unidade nos espaços ocupados por diferentes agentes sociais que são a manifestação dessa individualidade nos diferentes campos. Como instituição, além das variações de lugar e de momento, o nome próprio assegura a constância nominal, o ato de identificar-se consigo mesmo (Bourdieu, 1996).

Desta forma, podemos dizer que os jovens reelaboram suas identidades pessoais e coletivas substituindo os sobrenomes familiares que lhes foram negados por outros nomes que expressam suas experiências com os lugares e os sujeitos da cidade. A cidade passa, então, a ser a “nova família ampliada”, enquanto seus espaços vividos emprestam “sobrenomes” aos sujeitos.

5.8. Autonomia e cidadania

Alba Zaluar, em seu livro *Cidadãos não vão ao paraíso*, define a idéia de cidadania completa como: “feita de direitos múltiplos e de responsabilidades para com os outros. A exclusão dos deveres monta uma perversão da noção de direito, à qual falta a autonomia e a iniciativa dos que o detém” (Zaluar, 1994, p. 185).

Uma das grandes discussões acerca da constituição de cidadania de crianças e adolescentes ocorre acerca de que eles teriam somente direitos e nenhum dever, herança de uma prática assistencialista que ainda perdura. Ao concluirmos que eles não são capazes de se desenvolverem sozinhos, prejudicamos a construção de sua própria autonomia. Zaluar (1994,

p. 199) alerta que:

A tendência a colocar os “menores” no papel de vítimas permanentes da sociedade, entidade abstrata de cujos grupos e mecanismos reais nunca se precisou, gerou uma excessiva condescendência com suas atividades destrutivas e com a suposta liberdade que teriam nas ruas, onde justamente são alvo dessa violência e do crime organizado, que os usa como mão-de-obra barata e bucha-de-canhão.

Pode-se dizer, então, que as crianças e os jovens de famílias de baixa renda vivem uma “cidadania limitada”, ou seja, baseada nos deveres ou nos direitos parcelados. São negadas “as responsabilidades sociais e éticas dos jovens pobres com os outros, também fundamentais na definição de cidadão, para o qual a civilidade no tratamento do outro tornou-se parte constituinte em séculos de vida urbana”(Zaluar, 1994, p. 186).

No entanto, não se pode esperar que crianças e jovens, principalmente os de baixa renda, reivindiquem seus direitos nos espaços que convivem, como a escola, a família e os locais destinados ao atendimento de saúde. Isso não tem sentido, pois, devido a sua própria condição de sujeitos ainda em formação, eles devem ser instruídos e encaminhados para serem atendidos. Nosso objetivo de educadores está relacionado com a abertura de caminhos e horizontes que depois eles mesmos explorarão.

Segundo Paiva (1991), apenas 1/3 dos jovens de 15 aos 18 anos está na escola e outro terço não trabalha nem estuda, justamente em uma faixa de idade em que se definem escolhas pelo futuro profissional. É necessário tornar mais eficaz a socialização desses jovens, “que implica o reconhecimento dos direitos individuais e coletivos alheios, base da cidadania, e a formação profissional que daria melhores oportunidades à vida nessa sociedade da qual fazem parte”(Zaluar, 1994, p. 41).

A cidadania é associada sobretudo ao mundo do trabalho e, conseqüentemente, quem não trabalha não é cidadão. Todavia, para o pobre o trabalho não é algo que se escolha: é como um destino ou um dever, como se fosse natural (Zaluar, 1994, p.43):

É conhecido o fato de que o jovem quer trabalhar para sentir-se independente, livre, para criar sua própria identidade fora da família de origem, além de ser o único meio de responder aos apelos da sociedade de consumo que não podem ser financiados por seus pais.

Para os jovens, é essencial a convivência em grupo, pois esta enriquece a construção de sua cidadania, seja na escola, nas oficinas de capacitação profissional ou até mesmo no grupo de amigos. A participação na escolha das regras que comandarão as relações interpessoais e nas decisões sobre o que fazer com o produto do trabalho compõe princípios de concretização da cidadania. Durante o trabalho de campo, vários foram os relatos dos meninos que queriam participar da construção de algumas regras do albergue onde dormiam. Julgavam necessário também que eles tomassem as decisões sobre como organizar o trabalho na oficina de papel reciclado, assim como a participação nos lucros.

Há uma necessidade latente desses jovens em participar, em poder opinar sobre as regras dos locais que freqüentam no dia-a-dia, como a escola e o albergue. Um dos jovens chegou a pedir minha ajuda para que se organizasse uma assembléia no albergue onde eles pernoitam. Sugeri que ele próprio poderia conversar com a direção da instituição e propor a realização da assembléia. Contudo, houve casos também nos quais os jovens não procuravam atendimento médico quando necessitavam porque achavam que alguma outra pessoa teria que os acompanhar, como se entendessem não serem possuídores do direito de receber um atendimento médico.

5.9. Planos e projetos para o futuro

As entrevistas revelaram que os quatro jovens, mesmo já tendo passado por caminhos tortuosos e difíceis, são capazes de traçar planos e elaborar projetos pensando no futuro. Em

geral, eles sonham em ter uma casa e, depois que tiverem concluído o ensino médio e obtido uma boa colocação no mercado de trabalho, pretendem constituir família e ter filhos.

L. explicita que seu objetivo é tornar-se um programador de computadores e deixa bem claro como quer ser: *“o que eu pretendo é chegar no nível do haquer, mas tem haquer assim que desvia dinheiro ou ‘róba’ dinheiro, que ‘baxa’ um programa pra ‘robá dinheiro’ do pessoal, mas eu quero sê um haquer assim do bem né, uma pessoa assim profissional”*. Ele tem em mente que esse objetivo não é para um futuro próximo, pois diz que: *“Vai ‘demorá’ um ‘poco’ pra mim me ‘formá’ do primeiro grau porque eu vô ‘podê’ arranja um emprego melhor e mais rápido, se eu tive o segundo grau”*. Sabe que, para alcançar seus objetivos, precisa estar fora das ruas e morar em um local fixo: *“Quem tá na rua é irresponsável, agora eu sô responsável porque eu sei o que eu faço e o que eu deixo de ‘fazê’*. Os ‘curso’ que eu gosto, o diálogo com as pessoa ‘boa’, isso ‘influenciô’ a minha auto-estima pra melhor”.

Pensa também em constituir família e ajudar os irmãos menores: *“no futuro eu penso em ‘montá’ uma família pra mim e ‘ajudá’ os meus ‘irmão’ porque eles ainda são meio criação às ‘vez’ eles dizem que querem ‘fug’i e eu digo ‘ô meu não é assim’ porque o que aconteceu comigo não tem que acontece com eles”* No entanto, tem consciência de que deve realizar alguns planos antes disso: *“Eu não penso em tê filhos até eu ‘terminá’ os meus ‘estudo’ e consegui um emprego. Por que um filho significa mais responsabilidade, mais amadurecimento. É uma experiência e uma coisa boa, é da vida né, é do ciclo.”*

Um relato de G. que demonstra que ele tem grande força de vontade: *“tô lutando, né meu. Tô procurando meus bagulho. Eu queria algumas ‘coisa’ que eu não conseguia, tipo assim tê a minha casa, o meu videogame, a minha tv, minha bicicleta, tê a minha rôpa todos os ‘dia’ assim, tê vários bagulho que nem os ‘otros’ guri tem, tá ligada”* Ele ressalta que o dinheiro que vem recebendo de uma bolsa de apoio ao jovem adulto, no valor de R\$ 200,00,

atende às suas necessidades: “*geralmente eu compro rôpa, comida, porque eu gosto de comê massa, guisado, refri. Compro rôpa, camisa, calça, óculos, relójo pinto meu cabelo de vez em quando, há! faço várias coisa com o dinheiro*”.

O jovem D. pensa em retornar para a casa de sua madrinha ou alugar um local para morar: “*Eu quero ou voltá pra casa ou alugá uma casa pra mim, uma peça, eu e mais algum amigo, né*”. Quer colocar em prática o que aprendeu em um curso que fez e começar a trabalhar em um emprego formal: “*Eu acharia legal né, porque daí eu ia trabalhá ali e eu ia mostrá pro meu padrinho pra ele tê confiança, aí eu podia volta pra casa. Eu até tava pensando que eu podia comprá uma casa*”. Além disso, tem consciência de que precisa concretizar algumas etapas antes de tudo:

“*Eu acho que primero eu tenho que estudá e se tivé um trabalho, podê trabalhá pra podê tê o que quer, porque se a gente não se ajuda ninguém ajuda ninguém, e trabalhá pra não precisa tirá nada de ninguém. Mas se a pessoa tivé força e vontade tem que lutá, porque na vida a gente sempre vai tê uma pedra no caminho e se o cara vai exaltá, por qualquer coisa, não vai arrumá nada na vida*”.

R. corrobora o desejo dos outros entrevistados:

“*Eu tenho que arranjá um lugar pra ficá e depois estudá. Porque eu tenho que vê se eu vô continuá aqui ou se eu vô mora numa república pra vê onde eu vô estudá. Eu penso numa coisa melhor, seria melhor se as coisas acontecessem mais rápido porque eu não consigo me conformá com certas coisa, tipo eu queria tê mais liberdade*”.

Quanto aos cursos que vem realizando parece ter bem claro qual o seu objetivo:

“*Eu não pretendo trabalhá como padêro, eu vô fazê esse curso sabe? Juntá meu dinheiro, abri uma conta, pegá a minha identidade. E eu vô juntá dinheiro pra fazê um curso de vigilante, mas eu também já tô ajeitando isso aí. Porque o dinheiro que eu tô recebendo da bolsa é só três meses, mas já dá pra juntá alguma coisa*”.

O mais importante é que, em seus depoimentos, a forma de pensar que o futuro deles poderá ser melhor é o que mais conta para que possam realizar alguns de seus objetivos:

“*Porque eu era um cara que não acreditava em mim mesmo, que eu tinha força pra fazê as coisa, que eu vi que não era nada do que eu pensava...eu vi que tudo posso naquilo que me*

fortalece' (risos) Mas eu acho que eu tenho capacidade". Apesar disso, Sarti alerta para o seguinte (1996, p. 84-85):

A elaboração de projetos individuais para melhorar de vida através do trabalho esbarra nos obstáculos do próprio sistema onde se inserem como pobres e torna-se particularmente problemática diante das obrigações morais em relação a seus familiares ou a seus iguais, com os quais obtêm os recursos para viver. Assim, os projetos, em que a idéia de melhorar de vida está sempre presente, são formulados como projetos familiares.

E a autora prossegue (p. 105):

Trabalhar não deixa de significar a afirmação de sua individualidade, ao abrir a possibilidade de conquistar um espaço de liberdade, na tentativa de ter acesso a bens de consumo e a padrões de comportamento que definem as marcas do jovem urbano: tênis, jaquetas, som etc.

Quanto à possibilidade de terem filhos, sabe-se que:

Os filhos dão à mulher e ao homem um estatuto de maioridade, devendo torná-los responsáveis pelo próprio destino, o que implica idealmente se desvincular da família de origem e constituir novo núcleo familiar. O filho pode, então, tornar-se um instrumento para essa desvinculação (Sarti, 1996, p. 74).

Talvez o leitor esteja questionando-se como meninos que em tão pouco tempo de vida enfrentaram tantas dificuldades podem pensar em projetos de vida futura tão saudáveis? Mas também é preciso refletir: e por que não tê-los?

5.10. O tempo biológico (moratória vital) e o espaço (circuitos urbanos)

5.10.1. o tempo biológico — o que é completar 18 anos?

Considerando algumas características em comum entre os jovens de nossa pesquisa, os fatos de estarem a ponto de completar 18 anos e o de terem vivido nas ruas parece refletir no que eles pensam sobre a entrada na maioridade: foi unânime a opinião de que, ao

completarem 18 anos, os indivíduos se tornam mais responsáveis: “*sê de maior é mais responsável*” (G.).

Para L., fazer 18 anos significou um obstáculo a ser enfrentado:

“eu tô mais maduro porque agora eu já tô entrando na dificuldade dos 20 né. Com 18 muda a *estatística* assim da pessoa, a gente fica mais maduro. Não é mais aquele guri de 15, 16 *ano* (...) quando a gente faz 20 *ano* é que nem *tê* um problema pra *resolvê*, é que nem quando a gente tem o primeiro filho, porque se a gente não tem o conhecimento fica difícil né, pra convivê com as *outras* pessoa, é assim na parte adulta”.

L. também admite que depois, que entrou na maioridade, mudou até seu modo de agir:

“*hoje eu sô uma pessoa séria, um cara dedicado*”.

R. refere que completar 18 anos era um momento de reflexão, de pensar sobre o que havia feito nesse tempo:

“Isso aí pra mim é uma mudança da vida, porque todo dia eu acordo e penso “o que que eu fiz? Eu não fiz nada né meu. Parece que eu tô estudando aqui, mas não adianta de nada. O cara fica com mais responsabilidade. Tipo eu tenho que me alistá e tô tri atrasado e mais outras coisa. Sozinho né meu, porque eu fiz coisas erradas que não era pra te feito”.

Continua sua reflexão, com uma afirmação positiva sobre seu comportamento: “*Eu acho que eu tenho capacidade*”.

D., por sua vez, salienta que fazer 18 anos é como se algo o estivesse alertando para que mude seu comportamento: “*Porque eu não quero ficá nêgo véio aí morando na rua, as pessoa ficá na rua aí com os filho debaixo da ponte*”. Entrar na maioridade também significa para ele adquirir respeito frente aos outros: “*Quando eu fizer 18...aí ele (padrinho) vai ver que não sô mais aquele pequenininho de antes (...) acho que ganha um pouco mais de respeito. Até quando a gente tá na rua a gente nota o respeito*”. No entanto, ele tem receio quanto à forma como será tratado pela polícia. Diz ter medo porque, segundo ele, os brigadianos já “pegam no seu pé” agora e depois que fizer 18 poderá ir para o presídio.

O jovem G. vê a entrada na maioridade como um fenômeno positivo em sua vida:

“até que por um lado foi bom, porque eu já tava enjoando do Acolhimento já, tava me sentindo mal, aquele *banhero* lá, só pequenininho tinha lá. Eu não tenho medo de ir pro presídio, só se fizer coisa errada. Eu já fui pra Fase, mas porque um guri lá *robô* e o *brigadiano achô* que era eu”.

Em um de nossos encontros, G. referiu estar com muito sono e eu então disse a ele que talvez isso ocorresse porque ele ainda era adolescente. Prontamente ele me respondeu: “*Eu adolescente? Eu sô adulto*”.

5.10.2. Circuitos urbanos

Excetuando o caso de R. que vivia nas ruas do próprio bairro onde sua família morava, os outros três meninos vagaram por várias estações da cidade enquanto viviam nas ruas. G., quando questionado sobre os locais onde ficava nas ruas, não cita nenhum local específico. Ele diz que ficava “*por aí na rua. Eu nunca fiquei num lugar certo, eu não gosto*”. Apresentamos, a seguir, as estações citadas pelos nossos entrevistados:

5.10.2.1. Ipiranga, pontes, Praia de Belas, Amib

A avenida Ipiranga é uma grande avenida de Porto Alegre, que liga a zona sul à zona leste da cidade. Está tornando-se popularmente conhecida por suas esquinas cheias de mendicantes e vendedores. Em uma das esquinas onde ficam aproximadamente dez pessoas,

entre crianças, jovens e adultos que vendem frutas ou mendigam, localiza-se um dos restaurantes de *fast-food* McDonalds. D. era um dos que ficavam nesse local: “*Eu ficava ali na Ipiranga, no Mac da Ipiranga e dormia lá na ponte do Ingá Brita*”. D. também refere que seus companheiros no local eram “companheiros” de um abrigo. Outro local onde geralmente D. praticava roubos e furtos era nas proximidades de um shopping center: “*Mais no Praia de Belas que é onde tem mais cliente, mais gente rica*”.

No início da avenida, situa-se o Shopping Praia de Belas, local onde há muitas crianças e jovens pedindo ou fazendo malabares. Outro local onde os meninos agrupam-se é em uma das pontes próximas ao Abrigo Municipal Ingá Brita (AMIB), abrigo de ação continuada destinado a adolescentes com história de vida na rua, sem possibilidade de retorno à família.

A avenida Ipiranga é dividida ao meio pelo Arroio Dilúvio, que leva o esgoto residencial para desembocar no Lago Guaíba. Há muitos anos, vivem sob as pontes do Arroio várias famílias, crianças e jovens sem-teto. É comum aos grupos que habitam esses locais o uso de drogas como inalantes (loló), maconha e cocaína. Há um exacerbado uso de drogas injetáveis e de *crack*. Também há muita sujeira, fezes, lixo e vários casos de HIV. Muitos sobrevivem de furtos, roubos, arrombamentos e da limpeza de carros nos sinais. Recebem, seguidamente, ajuda de organizações que levam-lhes almoço ou janta.

Os grupos geralmente são compostos por mulheres adultas, com filhos ou não, jovens e crianças. Os homens costumam viver mais solitariamente nesses locais. Ocorrem muitas situações de violência física entre eles e contra eles, principalmente por parte da polícia.

No início do ano de 2007, houve uma tentativa da prefeitura de Porto Alegre de fechar com cimento as entradas embaixo das pontes, no entanto, os moradores que aí estavam se deslocavam para viver nas praças próximas e acabavam retornando depois de depredação para

debaixo das pontes. São nessas pontes que muitos dos jovens adultos que não podem entrar mais nos abrigos para menores de 18 anos passam a viver.

5.10.2.2. Praça. da Alfândega

A Praça da Alfândega situa-se na zona central da cidade de Porto Alegre e tem características diferenciadas das outras situadas no centro da cidade. Nela convivem as mulheres que fazem programas, as crianças que andam de balanço, os jogadores de “damas” e os engraxates. É uma praça com árvores, mas chão de pedra. Há, porém, muitos bancos onde as pessoas sentam para ver as outras passarem. A busca por algum programa sexual é incessante, pois ali esta situada uma área de prostituição e exploração sexual de crianças e jovens, tanto meninas quanto meninos.

Várias foram as vezes em que os meninos e meninas relataram estar prostituindo-se naquele local. Prostituem-se por valores que variam de R\$ 1,00 a R\$5,00, na maioria das vezes sem proteção alguma contra as DST's. Buscam dinheiro para o uso de drogas, por um prato de comida ou um passeio. Para fazerem os programas, utilizam-se de “hotéis” próximos à praça ou dos banheiros públicos situados no local. Um outro menino, de 15 anos, já assumiu-se travesti e prostitui-se no local.

Muitos dos meninos e meninas que fazem “programa” ali durante o dia não ficam no local à noite. Nesse período, eles partem para outros locais ou acabam passando a noite em claro e dormindo nos bancos da praça, do início da manhã até a tarde, quando o movimento aumenta e os “clientes” começam a chegar. No dia-a-dia eles se misturam às mulheres adultas

que se prostituem. É comum as mulheres prostitutas “adotarem” os meninos e as meninas, cuidando de sua segurança. As crianças e os jovens dali fazem uso de drogas sistematicamente. Costumam subir em cima dos banheiros para “fumar pedra” de *crack*. Alguns acidentes já aconteceram, como os meninos caírem do teto dos banheiros.

A praça situa-se também em frente ao shopping mais central da cidade. Alguns jovens utilizam-se dos banheiros do shopping para se arrumarem antes ou depois dos programas, mas este é um local onde poucos podem entrar. Um dos meninos ao entrar acompanhado por um educador de rua disse: *“Eu nunca tinha entrado aqui e andado tranqüilamente. Sempre que eu entrava sozinho ou com os guri, os seguranças me tiravam porque achavam que eu ia roubar”*.

Rodoviária

G., preferiu não identificar os locais onde ficava quando vivia nas ruas, pela consulta de seu histórico institucional, verifiquei que a rodoviária da capital era um de seus locais de referência.

A estação rodoviária da capital situa-se na zona central da cidade de Porto Alegre. São diferentes os grupos que permanecem ao redor do local: os engraxates, que normalmente retornam para suas casas à noite; os michês, que fazem sexo em troca de dinheiro, comida, drogas ou um lugar melhor para dormir; o grupo dos carregadores de bagagem, que usam o dinheiro para drogas e comida, e os jovens adultos maiores de 18 anos que não procuram nenhum programa de atendimento e usam drogas injetáveis. A rodoviária tem como ponto

próximo o Acolhimento Noturno, que é um local de pernoite para jovens menores de 18 anos em situação de rua. Os meninos podem ocupar o espaço externo da rodoviária, mas não podem entrar nela. Caso entrem são prontamente jogados para fora pelos seguranças, por isso, é muito difícil ver alguém pagar um prato de comida de qualquer pessoa. É comum presenciar ações violentas da Polícia Militar contra os meninos para que deixem o local. Há uma grande pressão da concessionária que administra a rodoviária para que eles não circulem dentro da rodoviária.

Esse grupo é um dos mais difíceis de conseguir vincular-se aos programas de atendimento à população, pois os jovens e crianças conseguem dinheiro com a mendicância, os pequenos furtos e arrombamentos e com o tráfico de drogas. Muitos negócios são feitos com os taxistas do local, como a venda dos produtos de roubos e os alimentos doados. Utilizam drogas demasiadamente e, por isso, apresentam-se mais fragilizados física e emocionalmente, manifestando uma conduta agressiva e auto-excludente. Permanecem na rodoviária também porque é um local bastante próximo da “vila dos papaleiros”, que concentra uma grande quantidade de tráfico de drogas, principalmente *crack* e *loló*.

5.10.2.4. Parque Farroupilha, Harmonia, Deprec e Marinha do Brasil

L. citou vários lugares pelos quais passou enquanto vivia nas ruas: “os ‘banhero’ lá no Harmonia, nos galpão lá, no antigo DEPREC aqui, nos ‘banhero’ do Harmonia, no centro, no Marinha”. Aqui, quando L. cita o centro ele está referindo-se à Praça da Alfândega.

O Parque Farroupilha, chamado “Redenção”, se situa também na zona central de Porto Alegre e tem aproximadamente 65 hectares. Dentro do parque há um lago onde os moradores de rua freqüentemente tomam banho e lavam suas roupas. Nos dias de calor, as crianças de outros bairros costumam banhar-se nesse lago ou nos espelhos d’água situados no parque. Os moradores de rua que vivem no local geralmente são adultos ou jovens meninos que se prostituem à noite nas áreas adjacentes.

O prédio do chamado DEPREC (Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais), se situa na zona central de Porto Alegre, está desativado. Fica junto à Usina do Gasômetro e ao Lago Guaíba. Caracteriza-se por abrigar grupos que não permanecem muito tempo no local como adultos e casais de jovens adultos.

O Parque Harmonia fica às margens do Lago Guaíba na zona central de Porto Alegre. O Parque Marinha do Brasil também se situa na zona central em frente ao Shopping Praia de Belas e próximo à avenida Ipiranga. Os Parques Harmonia e Marinha do Brasil são ocupados por população adulta e famílias de rua que fazem dos quiosques suas residências, fechando-os com lona, plástico e papelão. Fazem uso dos banheiros, das mesas e churrasqueiras do Parque Harmonia e banham-se no Guaíba. Constroem ou levantam barracas às suas margens, que seguidamente são desocupadas pela prefeitura por ser uma área de proteção ambiental. Junto a essas famílias agregam-se crianças e jovens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trajeto percorrido que resultou nesta dissertação de mestrado acerca da vida de jovens em situação de rua vem reforçar que as pesquisas feitas sobre o assunto no Brasil têm muito ainda a desvelar e trazer à tona ações dessa população que permanecem obscuras, ou seja, cujas razões continuamos a desconhecer.

Ultrapassar a fronteira dos 18 anos significa, para nossos jovens, adquirir o respeito que nunca tiveram, principalmente no seio de suas famílias de origem. Além disso, eles sonham em conquistar a própria autonomia para que não necessitem mais das famílias que os negaram, para que possam, assim, tornar essa independência evidente ao grupo de familiares. Esse fato resulta ainda mais significativo porque, quando crianças, esses jovens enfrentaram um processo de “adultização” forçado ao irem morar nas ruas. Eles tinham de cuidar de si próprios em uma idade em que deveriam ser cuidados pelos adultos.

As instituições de proteção e os educadores ou cuidadores exercem, então, o papel de mediadores entre o mundo da rua e os demais espaços. Reforço esse conceito ao acrescentar meu depoimento pessoal: diversas foram as ocasiões em que acompanhei vários meninos ao Museu de Arte do Rio Grande do Sul e eles realizaram as atividades propostas sem que lhes pedissem para sair do local por causa de sua aparência.

Outro grande sonho para os jovens que vivem nas ruas é ser admitido no exército quando completam 18 anos, já que esta seria uma forma de ser incluído em uma instituição respaldada, de ter um lugar fixo para morar. Porém, não há notícias de que nenhum desses jovens tenha ingressado no exército. Ao contrário, como sempre ocorreu em suas vidas, são excluídos novamente. Eles demonstram uma grande preocupação em fazer os documentos e

“prestar contas” de suas obrigações porque alguém, mesmo que seja de uma forma mais burocrática, importa-se que eles existam.

Percebemos que os jovens da pesquisa, ao integrar-se no mundo do ter e do parecer, também afirmam os valores próprios dessa sociedade, a saber: os valores da sociedade de consumo. Nosso objetivo aqui não é o de questionar *por que* os valores desses jovens assim se constituíram mas sim de tentar entender *como* eles se constituíram.

Não há como deixar de fazer alguns comentários sobre dois assuntos que permearam as nossas entrevistas: o uso de drogas e as instituições de abrigagem. Há uma herança familiar do consumo de drogas nas famílias dos nossos entrevistados. O que pudemos notar é que as mães de todos os jovens eram alcoólatras e/ou usuárias de drogas. Não que o fato de eles terem usado seja uma consequência do comportamento das mães, mas todos eles também acabaram tornando-se usuários. Dos quatro entrevistados, três ainda são usuários, embora confessem ter diminuído consideravelmente a quantidade consumida.

L. ficou algum tempo em uma fazenda para desintoxicação devido ao uso de drogas e passou por vários abrigos. R. morou três anos em um centro de recuperação para usuários de drogas. G. morou em vários abrigos até os 15 anos de idade. D. morou em dois abrigos. O que todos eles têm em comum é que nunca conseguiam permanecer muito tempo nos abrigos – no máximo dois meses.

Infelizmente, não foram poucas as vezes, quando ainda trabalhava como educadora social, em que escutei a solicitação para “recolher” os/as meninos/as de onde estavam, como se fossem sacos de lixo. Essa percepção da sociedade deixa a entender que os indivíduos que vivem nas ruas não são humanos, ou seja, não se enquadram nos modelos sociais de comportamento ou de consumo e, por isso, não são considerados cidadãos. Nos relatos, percebemos que há um desejo constante de nossos jovens de se integrarem ao modelo de

consumo. Eles dão a entender que, se pudessem adquirir mais tênis, roupas e acessórios, sua auto-estima seria favorecida.

Portanto, percebemos que, se a rua representa violência e perigo para as famílias e a sociedade em geral, então quem vive nela passa também a representar esses atributos, que caracterizam o que é violento e perigoso.

Nossos jovens, em geral, demonstram carências de ordem emocional e familiar. Contudo, o que mais me chamou a atenção é que mesmo tendo enfrentado grandes conflitos e dificuldades em suas trajetórias de vida, todos eles ainda permanecem com um forte desejo de que o futuro seja melhor do que o passado.

RERERÊNCIAS

- ALVIM, Rosilene; GOUVEIA, Patrícia. *Juventude anos 90: conceitos, imagens, contextos*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.
- ARIÉS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Ltc, 1991.
- ATAÍDE, Yara Dulce Bandeira de. *Decifra-me ou devoro-te: história oral de vida dos meninos de rua de Salvador*. São Paulo: Edições Loyola, 1993.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996.
- _____. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BRASIL. Congresso Nacional. *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988.
- BRASIL. Congresso Nacional. *Estatuto da Criança e do Adolescente*, 1990.
- BRASIL. Congresso Nacional. *Lei Orgânica da Assistência Social*, 1993.
- CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues. Juventude: as identidades são múltiplas. *Revista Movimento*, Faculdade de Educação da UFF, n. 1, maio de 2000.
- CARVALHO, Maria Avelina. “Tô Vivu”, *histórias dos meninos de rua*. Goiânia: Cegraf/UFG, 1991.
- CASTRO, Monica. Rabelo. *Retóricas da rua: educador, criança e diálogos*. Rio de Janeiro: Editora Universidade Santa Úrsula, 1997.
- CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. São Paulo: Cortez, 2000.
- CONSELHO Federal de Psicologia e Ordem dos Advogados do Brasil. *Relatório sobre a situação das unidades de internação de adolescentes em conflito com a lei em 22 estados brasileiros e no Distrito Federal*, 2006.
- CORRÊA, Mariza. *A cidade de menores: uma utopia dos anos 30*. São Paulo: Cortez, 1997.
- COSTA, Antônio Carlos Gomes da. *É possível mudar: a criança, o adolescente e a família na política social do município*. São Paulo: Malheiros, 1993.
- COSTA, Beatriz Morem da. (coord.). *Relatório de indicadores sociais de Porto Alegre (2001 e 2002) – anos IV e V*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2002.
- CRAIDY, Carmem Maria. *Meninos de rua e analfabetismo*. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- CUNHA, Luiz Antônio. *O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata*. São Paulo/ Brasília: Editora Unesp/Flacso, 2000.
- CIAMPA, Antonio da Costa. *A história do Severino e a história da Severina*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

- DAUSTER, Tânia. Uma infância de curta duração: trabalho e escola. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.82, p. 31-36, ago. 1992.
- DAYRELL, Juarez. *A música entra em cena: o rap e o funk na socialização da juventude*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- DEL PRIORE, Mary (org.). *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999.
- _____. *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1992.
- FAUSTO, Airton; CERVIVI, Ruben. *O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80*. São Paulo: Cortez, 1996.
- FÁVERO, Osmar et al. *Juventude e contemporaneidade*. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd. 2007.
- FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- FERREIRA, Rosa. *Meninos de rua: expectativas e valores de menores marginalizados em São Paulo*. São Paulo: CJP, 1980.
- FONSECA, Cláudia. *Família, fofoca e honra: etnografia das relações de gênero e violência em grupos populares*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.
- _____. *Caminhos da adoção*. São Paulo: Cortez, 1995.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997.
- GENTILE, María Florencia. “Estar em la calle”: análisis de la experiencia de chicos y chicas en situación de calle. *La calle como sistema de incertidumbre*. Trabalho apresentado no Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia, 2007.
- GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- GRACIANI, Maria Stela Santos. *Pedagogia social de rua: análise e sistematização de uma experiência vivida*. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 1997.
- GREGIS, Cristiano. *Fissura da rua: corpo e ritual de uso de droga injetável entre meninos de rua*. 2002, 80 p. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- GREGORI, Maria Filomena. *Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e prática feminista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- _____. *Meninos de rua e instituições: tramas, disputas e desmanche*. São Paulo:

Contexto, 2000.

KOLLER, Silvia Helena; HUTZ, Claudio Simon. *Meninos e meninas em situação de rua: dinâmica, diversidade e definição*. Coletâneas da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP), v. 1, n. 12, p. 11-34, 1996.

LABORS/UFRGS/GRANPAL/FASC. *Relatório de pesquisa: perfis e mundo das crianças e adolescentes em situação de rua na Grande Porto Alegre*. Disponível em: <www.portoalegre.rs.gov.br>. Acesso em: 05 de junho de 2007.

LEITE, Ligia Costa. *A razão dos invencíveis: meninos de rua: o rompimento da ordem (1554-1994)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/IPUB, 1998.

_____. *Meninos de rua: a infância excluída no Brasil*. São Paulo: Atual, 2001.

LEMOS, Miriam Pereira. Ritos de entrada e ritos de saída da cultura da rua: trajetórias de jovens moradores de rua de Porto Alegre. 2002, 155 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. *Metodologias qualitativas na sociologia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

LUSK, Mark e MASON, Derek. Meninos e meninas “de rua” no Rio de Janeiro: um estudo sobre sua tipologia. In: RIZZINI, Irene (org.). *A criança no Brasil hoje: desafio para o terceiro milênio*. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula (CESPI/USU), 1993.

LOPES, Juarez Brandão; GOTTSCHALK, Andréa. Recessão, pobreza e família: a década mais do que perdida. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Fundação SEADE, v. 4, n.1, p. 100-109, jan./mar. 1990.

MACHADO, Rosa Helena Blanco. *Vozes e silêncios de meninos de rua: o que os meninos de rua pensam sobre as nossas instituições*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MALFITANO, Ana Paula Serrata; ADORNO, Rubens de C. Ferreira. Infância, juventude e vivências nas ruas: entre o imaginário da instituição e do direito. *Imaginário*, v. 12, n. 12, p. 15-33, jun. 2006.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *História da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998.

MARTÍNEZ REGUERA, Enrique. *Crianças de ninguém, crianças de rua*. Porto Alegre: Artmed, 2005.

MARTINS, José de Souza. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MELUCCI, Alberto. *Por uma sociologia reflexiva: pesquisa, qualidade e cultura*. Petrópolis,

RJ: Vozes, 2005.

MILITO, Cláudia; SILVA, Hélio R. *Vozes do meio-fio*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

MINAYO, Maria Cecília de S. (org.). *O limite da exclusão social: meninos e meninas de rua no Brasil*. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco, 1993.

MORIN, Edgar. *O homem e a morte*. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1997.

_____. *O método I: a natureza da natureza*. Lisboa: Europa-América, 1986.

MÜLLER, Verônica R.; MORELLI, Ailton J. (orgs.). *Crianças e adolescentes: a arte de sobreviver*. Maringá, PR: Eduem, 2002.

MURATA, Elza Kioto N. Nenoki. *Em busca da casa perdida: as vozes e o imaginário de meninos de rua*. São Paulo: Annablume, 2005.

NEIVA-SILVA, Lucas; KOLLER, Sílvia Helena. A rua como contexto de desenvolvimento. In: LORDELO, Eulina da Rocha e KOLLER, Sílvia Helena (orgs.). *Infância brasileira e contextos de desenvolvimento*. São Paulo/Salvador: Casa do Psicólogo/UFBA, 2002.

NEVES, Delma Pessanha. O legado da pobreza e a inserção geracional. *Revista Ilha*, Florianópolis, v. 5, p. 65-89, jul. 2003.

NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (orgs.). *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. *O cidadão está nas ruas: representações e práticas acerca da cidadania republicana em Porto Alegre (1889-1991)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.

PERALVA, Angelina. O jovem como modelo cultural. In: FÁVERO, Osmar et al. *Juventude e contemporaneidade*. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd. 2007.

PERES, Vanuzia Leal. Andrade. *Famílias de crianças em situação de rua: modos de vida, relacionamento familiar e práticas educativas*. 1997, 171 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás.

_____. *Comunicação, processos de subjetivação e ruptura entre famílias e crianças*. 2002, 202p. Tese (Doutorado) – Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília.

_____; e ALTOÉ, Sonia. Famílias de camadas populares: um lugar legítimo para a educação/formação dos filhos. *O social em questão*, v.7, ano VI, 2002.

RIBEIRO, Ivete; BARBOSA, Maria de Lourdes. (orgs.). *Menor e sociedade brasileira*. São Paulo: Loyola, 2002, 2003.

- RIZZINI, Irene. *Vida nas ruas: crianças e adolescentes nas ruas – trajetórias inevitáveis?* Rio de Janeiro/São Paulo: Ed. PUC-Rio, Loyola, 2003.
- _____. Instituições para menores: a quem servem? *Cadernos de Cultura USU*, Rio de Janeiro, n. 10, p. 103-122, dez. 1984.
- RODRIGUES DOS SANTOS, Benedito. A regulamentação do trabalho educativo. *Cadernos ABONG*, n. 18, 1997.
- ROSEMBERG, Fúlvia. Estimativa de crianças e adolescentes em situação de rua na cidade de São Paulo. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, n. 91, p. 30-45, 1994.
- _____. Temas em debate: o discurso sobre criança de rua na década de 80. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, n. 87, p. 81-91, 1993.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- SARTI, Cynthia Andersen. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. São Paulo: Cortez, 1996.
- SANTOS, Benedito Rodrigues dos. Da virtude à violação de direitos: o agendamento contra o trabalho infantil no Brasil – uma perspectiva histórico-analítica. In: SOUSA, Sônia M. Gomes (org.). *Infância, adolescência e família*. Goiânia: Cânone Editorial, 2001.
- SILVA, Roberto da. *Os filhos do governo: a formação da identidade criminosa em crianças órfãs e abandonadas*. São Paulo: Ática, 1997.
- SILVA, Vânia Fernandes. *“Perdeu, passa tudo!”: a voz do adolescente autor do ato infracional*. Juiz de Fora, MG: UJFJ, 2005.
- SIMMEL, Georg. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.
- SPÓSITO, Marília Pontes (coord.). *Juventude e escolarização (1980-1998)*. Brasília: MEC/Inep/Comped, 2002.
- VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- WESTPHAL, Regene B. Meninos de rua: investigando o estigma da insanidade. 2001, 200p. Tese (Doutorado) – Instituto de Psiquiatria. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- WOORTMANN, Klass. *A família das mulheres*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/CNPq, 1987.
- ZALUAR, Alba. *Cidadãos não vão ao paraíso*. São Paulo/Campinas, SP: Editora Escuta/ Editora da Unicamp, 1994.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)